

JULYANE BRITO DE OLIVEIRA

EFEITOS DA ABERTURA COMERCIAL SOBRE A COMPETITIVIDADE DA
INDÚSTRIA TÊXTIL DE 1980 A 2000.

Monografia apresentada ao curso de
Graduação em Ciências Econômicas,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná, como
Requisito parcial à obtenção da
Graduação em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Paulo Mello Garcias

Curitiba
2009

TERMO DE APROVAÇÃO

JULYANE BRITO DE OLIVEIRA

EFEITOS DA ABERTURA COMERCIAL SOBRE A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA
TÊXTIL DE 1980 A 2000.

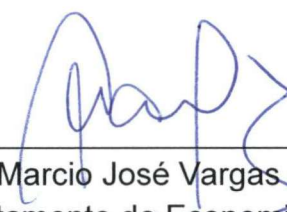
Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora

Orientador:



Prof. Paulo Mello Garcias
Departamento de Economia, UFPR

Examinador:



Prof. Marcio José Vargas da Cruz
Departamento de Economia, UFPR

Examinador:



Prof. Fábio Dória Scatolin
Departamento de Economia, UFPR

AGRADECIMENTOS

Primeiramente á Deus, pela oportunidade de hoje estar aqui.

Ao meu orientador Paulo Mello, pela paciência e orientação prestada.

As minhas amigas, que juntas passamos momento de glorias e lutas nesses dois últimos anos, Geane Carolina, Mirian e Domenica.

As colegas e amigas já distantes Waslly, Daniela, Fernanda e Thaís, pela colaboração e esforço dos primeiros anos da faculdade.

Por último e mais importante, a minha família, entre eles, minha vó sempre muito prestativa, meus pais pelo carinho nas horas de angustia e desespero, meu marido pelo estímulo nas horas de quase desistência e meu querido filho, incentivo da minha vida, pela compreensão das faltas e carinho.

RESUMO

A abertura comercial foi uma das políticas mais importantes da década de 90, atuou principalmente através do rebaixamento das alíquotas de importação de diversos setores. Esta política tinha objetivo de aumentar a competitividade da indústria nacional e diminuir a inflação do período. A indústria têxtil caracterizava-se, na década de 80, com pouco incentivo ao investimento, retardamento tecnológico e exploração da mão-de-obra. Nesta monografia constatou-se que com o rebaixamento das alíquotas de importação, ocorreu no setor têxtil os seguintes efeitos: grande aumento das importações, queda dos preços têxteis, queda no número de empregados, aumento da produtividade, aumento da aquisição de maquinários importados e falências de grande número de pequenas firmas.

Palavras-chave: Abertura comercial, Indústria têxtil, Competitividade.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Configuração básica da cadeia têxtil	25
GRÁFICO 1 - Tarifas médias efetivas para produtos têxteis 1988-1999 (Em %).....	37
GRÁFICO 2 - Produção, importação e total de máquinas têxteis, Brasil 1990-2000	39
GRÁFICO 3 - Emprego, produção e investimento em máquinas têxteis 1990-2000.	43
GRÁFICO 4 - Balança comercial têxtil 1990-2000 (Em milhões de US\$)	50
GRÁFICO 5 - Transformação da taxa de câmbio, efetiva real, têxtil - índice (média 2005=100).....	51
GRÁFICO 6 - Preço das importações e exportações têxteis 1990-2000 (em US\$/Kg)	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Principais países exportadores de artigos têxteis 1982 - 1986 (US\$ Bilhões)	28
Tabela 2 - Distribuição por área no mundo de Comércio de Têxteis 1995 - 2000 (Em %).....	29
Tabela 3 - Consumo mundial de fibras têxteis 1990-2000 (em milhões de t).....	30
Tabela 4 - Brasil, empresas têxteis por tamanho 1984-1988	32
Tabela 5 - Numero de teares no segmento de tecelagem 1986-1989	33
Tabela 6 - Balança comercial têxtil 1985-1989 (Em US\$ milhões).....	34
Tabela 7 - Brasil tarifas aduaneiras para produtos têxteis 1986-1988	34
Tabela 8 - Tarifa média 1990-1996 (Em %)	36
Tabela 9 - Brasil, empresas têxteis por tamanho 1990-1993	38
Tabela 10 - Idade média em anos de máquinas da industria têxtil no Brasil, por segmento 1990-1988	40
Tabela 11 - Evolução dos desembolsos do sistema BNDES ao setor têxtil 1990-1998 (Em milhões de US\$)	42
Tabela 12 - Evolução da produtividade da indústria têxtil 1990-1999 (t por trabalhador).....	43
Tabela 13 - Número médio de empregados por empresas e índice 1990-2000.....	44
Tabela 14 - Produção por segmento têxtil e índice 1990-2000	45
Tabela 15 - Produção têxtil, índice e preço por t 1990-2000.....	45
Tabela 16 - Variação do valor adicionado em volume da indústria têxtil e Índice 1991-2000	46
Tabela 17 - Exportações têxteis 1990-2000.....	47
Tabela 18 - Principais mercados de destino das exportações nacionais de têxteis e vestuário 1989 -2000 (Em %).....	48
Tabela 19 - Importações têxteis 1990-2000	49
Tabela 20 - Principais mercados de origem das importações nacionais de têxteis e vestuários 1989-2000 (Em %).....	49

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. OBJETIVO GERAL	11
1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
1.3. JUSTIFICATIVA	12
2. METODOLOGIA	13
3. REFERENCIAL TEÓRICO	14
3.1. COMPETITIVIDADE	16
3.2. TEORIA DAS VANTAGENS COMPETITIVAS DAS NAÇÕES	19
3.3. VARIÁVEIS DA COMPETITIVIDADE	21
4. CARACTERIZAÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL BRASILEIRA.....	25
4.1. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO MUNDIAL TÊXTIL.....	27
4.2. ACORDOS INTERNACIONAIS.....	30
4.3. CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA TÊXTIL NACIONAL ANTES DA ABERTURA COMERCIAL.....	31
4.3.1. <i>Características tecnológicas e de inovações.....</i>	32
4.3.2. <i>Características da Balança Comercial do setor.....</i>	33
4.3.3. <i>Políticas governamentais ao setor para a abertura comercial.....</i>	35
5. A ABERTURA COMERCIAL E OS EFEITOS NA INDÚSTRIA TÊXTIL NACIONAL	36
5.1. EFEITOS NA INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DO SETOR.....	38
5.1.1. <i>Financiamento e crédito para aumentar a competitividade</i>	40
5.2. EFEITOS NA PRODUTIVIDADE E EMPREGO	42
5.3. EFEITOS NA PRODUÇÃO	44
5.4. EFEITOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO SETOR.....	46
5.4.1. <i>Exportações.....</i>	47
5.4.2. <i>Importações.....</i>	48
5.4.3. <i>Balança comercial</i>	50
5.5. EFEITOS NOS PREÇOS.....	51

6. CONCLUSÃO53
REFERÊNCIAS.....55

1. INTRODUÇÃO

A grande necessidade de acumulação capitalista personifica a globalização nos anos 80, redefinindo o papel do Estado e criando um sistema de circulação e produção de mercadorias em nível global. Este processo de internacionalização das mercadorias liga-se diretamente a medidas liberalizantes (MASSUDA, 2006). Seguindo o receituário do Consenso de Washington, no final da década de 80 para a liberalização da economia, principalmente para países emergentes, o Brasil iniciou seu processo de abertura comercial.

Nos anos anteriores a década de 80, a busca por novos mercados, no caso Brasileiro, foi barrado pelo processo de substituição de importação, porém este sistema, a partir da década de 80, começou a ficar inviável. A indústria brasileira estava defasada em relação aos países já desenvolvidos, havia uma forte inflação e as pressões por liberalizações por parte dos órgãos internacionais e países avançados, eram fatores que rondavam a economia brasileira.

Por muito tempo o processo de substituição de importações protegeu a indústria brasileira da concorrência externa, porém por outro lado manteve a indústria nacional num retardamento tecnológico em comparação aos países desenvolvidos. Este processo barrava as importações de produtos de consumo e também os produtos de bens de capital, o que reforçou a disparidade do nível tecnológico do Brasil com outros países.

A partir de 1987, o Brasil adota medidas que objetivam uma maior participação da economia brasileira no contexto mundial. Neste ano iniciaram-se um processo de retirada das barreiras as importações. Tal medida era defendida pelo governo num discurso de combate a inflação e modernização, conseqüentemente aumento da competitividade da indústria brasileira.

A indústria têxtil era um setor que há muito tempo estava sendo protegida da concorrência externa e como muitos outros setores da indústria nacional, estava com seu parque industrial defasado bem como seu processo de produção. A indústria têxtil mantinha poucos esforços para a inovação e modernização, frente a um mercado nacional fechado.

Com a abertura comercial, a indústria têxtil foi forçada a enfrentar uma forte concorrência de produtos estrangeiros. Neste sentido este trabalho tem como

objetivo analisar os efeitos ocorridos no setor têxtil e na sua competitividade diante da entrada da concorrência externa, ocasionada pela abertura comercial, entre 1980 e 2000.

Para atingir tal objetivo, a primeira parte deste trabalho fará uma breve análise das teorias de comércio intencional e abordará teorias que analisam as variáveis que influenciam a competitividade, particularmente as descritas por Michael Porter, Coutinho Ferraz e demais autores importantes para o assunto. A segunda parte iniciará com uma descrição da indústria têxtil nacional antes da abertura comercial, entre 1980 a 1990, e, após, se fará uma análise dos impactos ocorridos no setor, no que tange a inovação e tecnologia, produtividade e emprego, produção, balança comercial e preços, de 1990 a 2000.

1.1. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho é analisar os efeitos, em termos da competitividade, da abertura comercial sobre a indústria têxtil do Brasil, destacando os efeitos ocorridos às importações e exportações do setor, no período do ano de 1980 a 2000.

1.2. OBJETIVOS ESPECIFICOS

Os objetivos específicos são:

1º: Demonstrar como estava inserida a indústria têxtil do Brasil, antes da abertura comercial, no mercado internacional;

2º: Analisar as políticas do governo para a indústria têxtil e suas implicações para a competição da indústria têxtil nacional, antes e após a abertura comercial

3º: Verificar quais foram os efeitos da concorrência estrangeira sobre o setor;

4º: Expor as principais dificuldades da indústria têxtil ocorridas com a abertura comercial;

5º: Verificar como o setor têxtil reagiu à entrada de concorrentes estrangeiros.

1.3. JUSTIFICATIVA

Na turbulência do final da década de 80 e o início dos anos 90, o governo brasileiro adotou um discurso com base na modernidade e no liberalismo econômico. O retardamento industrial nacional foi associado ao protecionismo vigente até então. O novo modelo liberal permitiu a entrada de produtos estrangeiros no intuito de ocasionar maior concorrência e, por consequência, aumentar a competitividade e eficiência da indústria nacional.

O setor têxtil sempre teve grande importância no setor social do país, visto que se utilizava de grandes quantidades de trabalhadores. Considerando-se essa relevância do setor têxtil, qualquer mudança de política econômica e comercial do país, deveria levar em conta as mudanças que pudessem ser ocasionadas no âmbito econômico e social.

Neste sentido este trabalho irá fazer uma análise das políticas praticadas para o aumento da competitividade na indústria têxtil, suas delimitações bem como seus efeitos, no intuito de fornecer informações para futuras práticas de políticas industriais.

2. METODOLOGIA

Este trabalho está dividido em três partes distintas:

Parte I)

Revisão teórica dos aspectos de comércio internacional e da competitividade. Inicialmente é apresentada uma breve explanação sobre as teorias do comércio internacional. “Na seqüência são apresentadas as abordagens das obras “A vantagem Competitiva da Nação” de Michael Porter (1990) e “Estudo da Competitividade Brasileira” de Luciano Coutinho (1994).

Parte II)

Caracterização do setor têxtil e aspectos nacionais da indústria têxtil da década de 80, através de dados coletados em livros, artigos, teses e bases estatísticas do IPEA, IBGE e ABIT.

Parte III)

Análise das transformações ocorridas na indústria têxtil, por meio de comparações de dados da década de 80 e dos dados após a década de 90 no que se refere a balança comercial, produção, emprego, preços, produtividade e maquinários.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Os motivos que levam um país a obter sucesso internacional é base para discussão já há muitos anos. No longo período da história econômica muitos autores já discutiram quais os motivos que levariam um país ter sucesso no comércio entre as nações.

A teoria clássica principal sobre o comércio internacional inicia-se com Adam Smith, o qual na sua obra "A Riqueza das nações", demonstra a **teoria das vantagens absolutas**. A teoria afirma que um país deve produzir o bem que detém a maior eficiência na produção, tendo como referência a produtividade do trabalho. Para Smith cada país deverá especializar-se nos produtos que são produzidos mais eficientemente em relação à outra nação. Assim cada país por meio do comércio internacional efetuará trocas e terá a disposição uma gama maiores de produtos feitos com maior eficiência.

Em 1817, David Ricardo refina a teoria de Smith, ele a chama de **teoria das vantagens comparativas**. Esta teoria difere da teoria das vantagens absolutas no sentido em que o comércio entre as nações pode ser benéfico mesmo quando um país não tenha vantagens absolutas na produção de qualquer bem em relação a outro país. Um país devesse especializar-se no produto que comparado com outro produto seja mais eficiente, e por conseguinte seja essa relação mais eficiente do que em outro país. Em outras palavras, o país deve especializar-se no produto qual o custo em relação a outro produto seja menor em comparação com a mesma relação em outra nação. O que importa nesta teoria é a razão da produtividade do fator trabalho de um país para outro, e não o custo absoluto como na teoria de Smith, ou seja, mesmo que um determinado país não possua vantagem absoluta na produção, este país poderá especializar-se no produto que tenha vantagem comparativa em relação a outro país.

Após os clássicos tem início as teorias neoclássicas de comércio internacional. A primeira é o teorema de Heckscher-Ohlin (HO), a qual tem como determinantes do comércio internacional a quantidade de trabalho, capital e recursos naturais. Neste teorema o país comercializara o produto que utiliza de forma mais intensiva os fatores relativamente abundante, trabalho ou capital ou recursos naturais. No modelo HO o que determina o comércio é a dotação de fatores, logo um país com

abundância em mão de obra se especializará em produtos com uso intensivo de mão de obra e um país com abundância em capital se especializará em produtos de uso intensivo de capital.

Essas teorias, no entanto não conseguem explicar o fato dos países importarem e exportarem bens similares pertencentes à mesma indústria, que constitui o comércio intra-industrial. Além disso as teorias que tem como base a vantagem comparativa generaliza a mudança tecnológica e não insere a globalização. Após os anos 70 surgem novas teorias no intuito de explicar essa nova forma do comércio internacional. As novas teorias têm com base a diferenciação dos produtos, economias de escala e a competição monopolista.

Para Paul Krugman, um dos principais formuladores dos novos conceitos do comércio internacional, o comércio de produtos idênticos entre países é explicado pelas economias de escala. Será mais eficiente produzir em grandes quantidades próximas aos maiores mercados, no momento que ocorre uma equalização dos custos, ou então a razão da diferenciação dos salários pagos.

Do tempo de Smith até os anos atuais muitas coisas mudaram, as teorias clássicas já não conseguem mais explicar todas as variáveis que levam ao sucesso de uma nação no comércio entre os países. Apesar do avanço nas explicações do comércio entre os países, ainda existem incógnitas sobre as variáveis explicativas do comércio internacional. O avanço e a difusão da tecnologia bem como a globalização fez mudar as formas de comercialização, a competitividade e a concorrência. As variáveis explicativas para o sucesso internacional não estão tão evidentes e mudaram com o passar dos anos.

Com a rápida difusão da informação e o avanço da tecnologia houve uma equalização dos fatores entre os países. Sendo assim não existe equilíbrio na competição, conforme Schumpeter reconheceu, a competição é dinâmica. Assim na tentativa de explicar o sucesso ou o insucesso no comércio entre os países o termo competitividade tornou-se relevante.

O referencial teórico desta monografia irá fazer uma breve revisão dos conceitos de competitividade conforme as obras “A vantagem competitiva das nações” de Michael Porter, e “Estudo da competitividade da indústria brasileira” de Luciano Coutinho e João Carlos Ferraz.

3.1. COMPETITIVIDADE

A partir dos anos 80, com uma nova ordem mundial de liberalização, houve uma mudança no sentido da palavra competitividade. O novo sentido extrapola a tática de custo-preço e qualidade-diferenciação.

Num mercado globalizado e com rápida evolução da tecnologia, a competitividade é um fator determinante para o sucesso de uma empresa, do setor industrial e, por conseguinte de uma nação. A idéia de competitividade é critério de muita discussão e as questões mais levantadas são:

- Como acontece a busca pela competitividade?
- Quais são as determinantes e as variáveis da competitividade?
- Como as nações podem buscar a eficiência na competitividade?

A idéia de competitividade não é apenas uma questão de preço, custos e taxas de câmbio. A dificuldade da mensuração da competitividade, segundo o BNDES, é por causa de seu caráter sistêmico, pois a competitividade é afetada por conjuntos de fatores que se inter-relacionam e demonstra seu conceito multidimensional, sendo uma combinação de múltiplos fatores. Para o BNDES, a competitividade é definida como a capacidade de desenvolver e sustentar vantagens competitivas que lhes permitam enfrentar a concorrência. (BNDES, 1991)

Como também destaca Coutinho, a "Competitividade para uma nação é o grau pela qual ela pode, sob condições livres e justas de mercado, produzir bens e serviços que submetem satisfatoriamente ao teste dos mercados internacionais enquanto, simultaneamente, mantenha e expanda a renda real de seus cidadãos. Competitividade é a base para o nível de vida de uma nação. É também fundamental a expansão das oportunidades de emprego e para a capacidade de uma nação cumprir suas obrigações internacionais." (Comissão da presidência dos Estados Unidos 1985, apud Coutinho & Ferraz, 1995, p. 17)

Competitividade é a produtividade das empresas pactuada a capacidade dos governos, a forma da sociedade e aos recursos naturais e aos construídos, comparados a indicadores nacionais e internacionais, podendo conquistar e abocanhar mercados.

Coutinho & Ferraz, afirmam que a competitividade é sistêmica, ou seja, as variáveis que afetam a competitividade estão inter-relacionadas. O sucesso

empresarial esta intimamente ligada a variáveis externas à empresa, como políticas macroeconômicas, fiscais, cambias, educacionais, infra-estrutura e etc.

A forma como o país é conduzido esta ligada a sua competitividade. Uma nação¹ será competitiva na medida em que suas políticas incentivem a concorrência entre as empresas, no intuito de aumentar a competitividade e por consequência aumentar o nível de satisfação da população. Dessa forma a competição é um fator que esta na empresa e na nação. Uma empresa para ser competitiva deverá ser localizada em um país competitivo.

A competitividade deve ser vista de forma dinâmica, sendo entendida como o talento da empresa de fazer e praticar estratégias competidoras, que mantenham uma posição sustentável no mercado. O sucesso empresarial depende da renovação e criação das fontes de vantagem competitivas.

A busca por competitividade pelas empresas deve ser responsável, devendo ser analisado e regulado pelo governo, pois a competitividade afeta diretamente as relações sociais do país. A busca pela competitividade deve equilibrar as dimensões econômicas com as sociais, a fim de não resultar em efeitos negativos sobre a sociedade. (Coutinho & Ferraz, 1994)

Como a competitividade na visão de Coutinho & Ferraz é sistêmica, ela pode influenciar as condições sociais do país. Para os autores a competitividade encontra-se imersa em quatro dimensões sócias:

- A) Reconhecimento e legitimidade política e social dos fins competitivos, compromisso entre competitividade e equidade;
- B) Qualidade da mão de obra envolvida no processo produtivo e na gestão da indústria. No sentido de qualificação, educação e capacitação.
- C) Respeito em prol do reconhecimento mútuo entre capital e trabalho. Divisão igualitária dos ganhos da produtividade;
- D) Envolvimento consciente dos consumidores referente a exigências de qualidade e respeito à regulação e a normas de conduta ética e moral.

Para Coutinho & Ferraz, a competitividade é influenciada por três diferentes fatores. Primeiramente os fatores internos, que são as decisões e vantagens internas da empresa, como estoque de recursos, tecnologia, recursos humanos,

¹ O termo nação competitiva deve ser entendido como o conjunto de empresas competitivas, o que torna o setor industrial competitivo e por consequência torna a nação competitiva. No caso da indústria têxtil a competitividade analisada será o setor industrial, podendo para efeitos de estudos sendo definidas como empresas competitivas já que é o conjunto de empresas competitivas é que faz o setor industrial ser competitivo.

qualidade, conhecimento do mercado e as relações com clientes e fornecedores. Os fatores estruturais, não são controlados pela a empresa, mas podem ser influenciados, sendo o ambiente em que a empresa compete, as características do mercado, as relações concorrências e o modelo do setor industrial. Por ultimo os fatores sistêmicos, aqueles fatores totalmente externos a empresa e de pouca influência, são o ambiente macroeconômico, político-institucionais, regulatórios, infra-estrutura, sociais e relações internacionais.

De forma análoga a análise de Coutinho e Ferraz, Cohen e Zysman (1988, Apud Coutinho e Ferraz) vêm à competitividade com um fim e não como um meio. Para eles a importância da competitividade esta na habilidade da nação competir em um mercado aberto, mantendo os salários crescentes e elevados. Para os autores a competitividade é o grau em que uma nação pode, em condições de livre mercado, produzir bens e serviços que possam vencer a concorrência estrangeira e que expande a renda real de seus cidadãos.

Para Zysman (1988), a valorização do produto no mercado externo depende da capacidade do país/setor/empresa produzir produtos dos quais a demanda no exterior aumente, em vez dos ajustamentos de custos-preços requeridos pela teoria das vantagens comparativas.

A noção mais simples de competitividade, para Haguenaur, é a relação do desempenho exportador da indústria, sendo competitivas as indústrias que ampliam sua participação na oferta internacional de certos produtos. Segundo a autora a competitividade é vista como um desempenho, sendo a expressão mais simples da participação da empresa no mercado, em certo período de tempo. A participação das exportações da firma ou conjunto de firmas (indústria ou nação) no comércio exterior aparece como o indicador da competitividade mais imediato.

A competitividade é uma variável ex-post quando sintetiza o fator preço, e não preço. Sendo o ultimo a qualidade do produto, diferenciação, habilidade de servir o mercado, etc. Constitui uma variável ex-ante, quando se traduz a competitividade através de uma relação insumo-produto, ou seja, capacidade da empresa converter insumos em produtos com máximo rendimento, sendo esta capacidade refletida pelo grau de capacitação, que se traduz nas técnicas por ela praticadas. Sendo o desempenho um fim inexorável dessa capacitação, o que causa efetivação da competição e o domínio de técnicas mais produtivas, que autoriza a empresa a competir com sucesso. (Ferraz, Kupfer & Haguenauer)

Para Fajnzulber, a competitividade deve permitir sustentar e aumentar a participação nos mercados internacionais, requerendo uma incansável busca de incremento da produtividade por meio de progresso técnico e também da elevação paralela dos níveis de vida da população. Para ele o sucesso internacional com base em baixos salários não leva a nação ser competitivo no longo prazo.

A determinação da competitividade é uma mistura das vantagens comparativas, da dotação de fatores, da teoria Schumpeteriana e da teoria neoclássica, além de ser variável depende de setor para setor industrial.

3.2. TEORIA DAS VANTAGENS COMPETITIVAS DAS NAÇÕES

No livro “A vantagem competitiva das Nações” de Michael Porter (1990), o principal objetivo do autor é entender por que algumas empresas com sede em determinados países são capazes de criar e manter uma vantagem competitiva. Para isso o autor explora os fatores determinantes que faz uma nação ser competitiva em diversos segmentos de indústrias, descrevendo as principais variáveis determinantes da vantagem competitiva nacional. Para Porter, o mais viável conceito de competitividade em nível nacional é a produtividade nacional.

O estudo da competitividade é importante para o autor no momento em que o padrão de vida elevado dentro de uma nação é determinado por um alto nível de produtividade, estando ligada diretamente a variação da renda nacional. No longo prazo, conforme esse autor, a produtividade é determinante principal do padrão de vida de um país, pois é causa principal da renda per capita. A produtividade da mão de obra é determinante de seus salários e a produtividade do capital é determinante do retorno pago aos seus detentores. Além disso, a alta produtividade sustenta altos níveis de renda e é fonte de recursos, por meio de tributos, para custear serviços públicos, conseqüentemente melhorando o padrão de vida.

Todos os países têm como meta principal a melhoria do seu nível de bem estar, e para isso não se deve ter a idéia estática de competitividade. Deve-se buscar uma melhoria da produtividade com quais os recursos nacionais são empregados. A produtividade é o valor produzido por uma unidade de trabalho ou

capital. A conquista da competitividade depende da produtividade aliada com a eficiência na produtividade e a qualidade das características do produto, (PORTER, 1990.)

Tendo em vista a necessidade de aumentar constantemente a competitividade e a produtividade, o comércio internacional e o investimento estrangeiro pode ajudar a proporcionar a elevação do nível de produtividade. Pode ajudar no sentido que eliminam a necessidade de produzir todos os bens e serviços num mesmo país. O comércio internacional permite a especialização da produção entre países. Por outro lado pode prejudicar, caso faça falir, as empresas nacionais mais produtivas do país.

Para entender a competitividade devem-se compreender seus determinantes e focalizar-se em segmentos de indústrias específicos. Para obter sucesso competitivo a empresa deve minimizar seus custos, criar produtos diferenciados, ofertar qualidade em seus produtos e produzi-los eficientemente. Ou seja, produzir de forma que maximize sua utilidade. (PORTER, 1990)

O autor propõe a construção de uma nova teoria que vá além das vantagens comparativas, de Ricardo. Esta nova teoria deve ver a competição como algo dinâmico, em que constantemente surgem novos produtos e novas maneiras de produzir, tendo assim, como elemento central a busca por inovações e novas tecnologias. (PORTER, 1990)

O objetivo da construção dessa nova teoria seria de prestar ajuda aos governos no momento da escolha das estratégias competitivas e melhorar a distribuição dos recursos nacionais. O governo deve ter uma meta para a produtividade que sustente, no longo prazo, o crescimento econômico do país. O papel fundamental do governo é oferecer um bom ambiente para competitividade, fazendo com que as empresas cresçam sem ajuda de incentivos fiscais, subsídios, tarifas e etc. (PORTER, 1990)

3.3. VARIÁVEIS DA COMPETITIVIDADE

Na busca da compreensão da vantagem competitiva nacional deve-se partir no entendimento de certas premissas. Primeiramente, a competição e as fontes de vantagens diferem de indústria para indústria, devendo ser levado em conta as diferenças. Segundo, o alto grau de globalização não anula o papel da nação sede para competição, apenas muda seu caráter. Terceiro, a melhoria da inovação e aperfeiçoamento mantém a vantagem competitiva na competição internacional. Por ultimo, as empresas com maior vantagem competitiva são aquelas empresas que identifica e age mais cedo frente às novas demandas do mercado. (Porter, 1990)

No estudo, Porter analisa quatro variáveis que modelam o ambiente no qual as empresas competem e que elevam o aparecimento das vantagens competitivas, formando o que ele chama de “diamante nacional”. O diamante gera o painel onde as empresas nascem e competem. A nação obtém êxito em determinadas indústrias por ter um ambiente nacional dinâmico, desafiador e estimulante, o que pressiona a firma para o aperfeiçoamento e para ampliação de suas vantagens. As variáveis da vantagem competitiva nacional devem ser vistas como um conjunto de fatores, e não como algo distinto entre si. As variáveis, a saber:

A) *Condições de fatores*

A dotação de fatores de um país é algo determinante para a sua vantagem competitiva, porém o grande benefício da dotação de fatores é dos fatores que são criados dentro do país e não dos fatores herdados. Assim o estoque de fatores de um país é menos importante que a taxa de crescimento que são criados novos fatores. O fato de um país, ter acesso a diferentes fatores produtivos não o faz ser competitivo. A eficiência e a efetividades com que são distribuídos, bem como a escolha entre as diferentes tecnologias e a capacidade de utilizá-los produtivamente é que faz um país obter sucesso competitivo.

Porter divide os fatores em duas especificações, a primeira é classificada em dois tipos, os fatores básicos que são aqueles fatores herdados e que requerem pouco investimento, menos importantes para a vantagem competitiva, e os fatores adiantados, que denomina de fatores criados, e que necessitam de grandes e

constantes investimentos. Embora os fatores adiantados sejam mais importantes para a competitividade, os fatores básicos são escadas de sustentação para os fatores adiantados.

A segunda classificação dos fatores é por especificidade, os fatores generalizados sendo os fatores básicos de infra-estrutura que são necessários para diferentes tipos de indústrias, e os fatores especializados que envolva pessoal e insumos especializados para determinada indústria. A vantagem competitiva baseada nos fatores generalizados tende a ser fraca e passageira, sendo os mais importantes para a vantagem competitiva os fatores especializados.

Visto que os fatores mais importantes para a vantagem competitiva são aqueles que podem ser criados, então um país poderá obter vantagem competitiva na medida em que invista e aprimore o processo de pesquisa tecnológica do país.

Diferentemente de alguns autores clássicos, onde a falta de determinados fatores criam uma desvantagens no processo produtivo para o país, para Porter a falta de determinado fator, pode numa visão mais dinâmica, tornar-se uma vantagem no sentido de impulsionar a procura por novas formas de produzir, sendo a falta contornada ou extinta pela a inovação.

B) Condições de demanda

É a demanda interna do produto que determina a rota e o caráter da melhoria e inovação das indústrias do país. Existem três atributos gerais da demanda interna. Primeiro a composição da demanda interna, é o que dá sinais para as empresas sobre as necessidades do comprador. A vantagem competitiva acontece quando a demanda interna reflete claramente e antecipadamente as necessidades dos clientes, antes dos rivais estrangeiros. Além disso a proximidade e as afinidades culturais fazem com que as pressões sobre a melhoria na qualidade do produto sejam mais intensas e aumentam a confiança das indústrias para experiências inovadoras. A vantagem competitiva também é proporcionalmente maior quanto maior for a exigência da demanda interna.

Em segundo, o tamanho da demanda e seus padrões de crescimento, a vantagem competitiva acontece tanto num mercado interno pequeno, quanto num mercado interno grande, desde que estimule o investimento e reinvestimento ou dinamismo do mercado. Assim como tamanho do mercado interno, a taxa de

crescimento também é fonte da vantagem competitiva no sentido que em países com baixa taxa de crescimento ou pequeno mercado interno, as empresas tendem a expandir seus mercados, e para países com alta taxa de crescimento ou grande mercado interno, as empresas tendem a estar mais confiantes para a expansão da produção.

A saturação precoce do mercado também melhora a vantagem competitiva, no momento que faz as firmas manterem-se inovando e procurando atingir mercados novos a fim de obter rendimento máximo.

Por último, a internacionalização da demanda interna ocorre quando as necessidades locais expandem para os mercados estrangeiros, criando assim novos mercados a serem explorados.

C) Indústrias correlatas e de apoio

De acordo com Porter, as indústrias fornecedoras são fonte de vantagem competitiva, primeiro por que as indústrias têm acesso rápido e eficiente aos insumos usados na produção. Em segundo e mais importante motivo, é que as indústrias fornecedoras ajudam as empresas a implantar novos métodos e novas tecnologias, e são canais de conhecimento idéias e informações. As indústrias fornecedoras aceleram o ritmo das informações firma a firma, fazendo aumentar a inovação e a competitividade entre elas.

A vantagem das indústrias correlatas para a vantagem competitiva é parecida com a vantagem das indústrias fornecedoras. A indústria correlata é a que produz um bem completar ao bem em questão. Ajuda no acesso ao intercambio técnico e no fácil acesso a informação. Na maioria das vezes uma indústria correlata depende de outra indústria correlata a ela, essa dependência faz com que a promoção de uma indústria surja efeito positivo na outra indústria. Por esse motivo a vantagem competitiva será maior, quanto mais competitiva e eficiente é a indústria correlata.

D) Estratégia, estrutura e rivalidade das empresas

Para Porter esta determinante revela que a vantagem competitiva é relacionada com as diferentes praticas administrativas de cada país. As indústrias do país terão sucesso quanto mais compatível for o ambiente nacional com a gestão

administrativa da empresa. As metas das empresas e as metas dos indivíduos também são fatores que proporcionam a vantagem competitiva. A empresa deve estimular e motivar seus empregados, a fim de obter novas idéias e apoio de seus funcionários. O prestígio nacional da empresa é uma forma de captar trabalhadores altamente qualificados e comprometidos com a função. Nesse sentido a empresa passa a entrar em um ciclo, onde seu prestígio atrai funcionários altamente qualificados e os funcionários qualificados criam prestígio para a empresa.

Uma vigorosa competição interna cria pressões para a inovação e a melhoria constante da empresa. A competição interna acirrada faz aumentar a vantagem interna e a vantagem externa, a empresa estará disposta a buscar novas frentes de mercados perante a concorrência externa, sendo obrigada a procurar mercados estrangeiros. Com a entrada em mercados estrangeiros a empresa é forçada a implantar novas formas de vantagens além do preço baixo.

A existência de mais de uma empresa no país aumenta o fluxo de informações entre elas, e este fluxo é mais rápido e fácil quanto mais próximas regionalmente as empresas estiverem. Portanto um grupo de rivais internos cria e mantém parte a vantagem competitiva.

Além das quatro determinantes que formam o diamante nacional, segundo Porter, o papel do acaso e o papel do governo fazem-se importantes e influem na conquista do diamante nacional. O acaso é aquela situação inesperada que pode ocorrer em uma nação ou em uma firma como guerras, descontinuidades tecnológicas, modificações no mercado financeiro, surtos de demanda, fatores políticos, descobertas, invenções e etc. Estes fatos isolados são importantes no momento que interrompem ou criam mudanças na posição competitiva. Eles podem impedir a vantagem competitiva de empresas já estabelecidas e criar potenciais para novas empresas.

O governo é o fator mais importante na influência do diamante nacional, pois tem o poder de aumentar ou diminuir todas as variáveis da vantagem competitiva nacional. As variáveis são afetadas por meios dos subsídios, políticas monetárias, fiscais, políticas educacionais entre outras. O governo influencia na estrutura administrativa das empresas conforme sua política regulamenta a concorrência interna, estimula o desenvolvimento educacional, e além disso pode ser um importante comprador do produto. A vantagem competitiva aconteceu no país onde as variáveis estejam bem definidas e apoiadas pelo governo.

4. CARACTERIZAÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL BRASILEIRA

A indústria têxtil é parte de um complexo industrial têxtil. (Figura 1) Este complexo é formado por vários segmentos que vão do beneficiamento de fibras, fiação e tecelagem, até vestuário/confecção. A indústria têxtil abrange as atividades de beneficiamento de fibras naturais, produção de fios, e fabricação de tecidos. No complexo têxtil associam-se os complexos agroindustrial, químico e metal-mecânico.

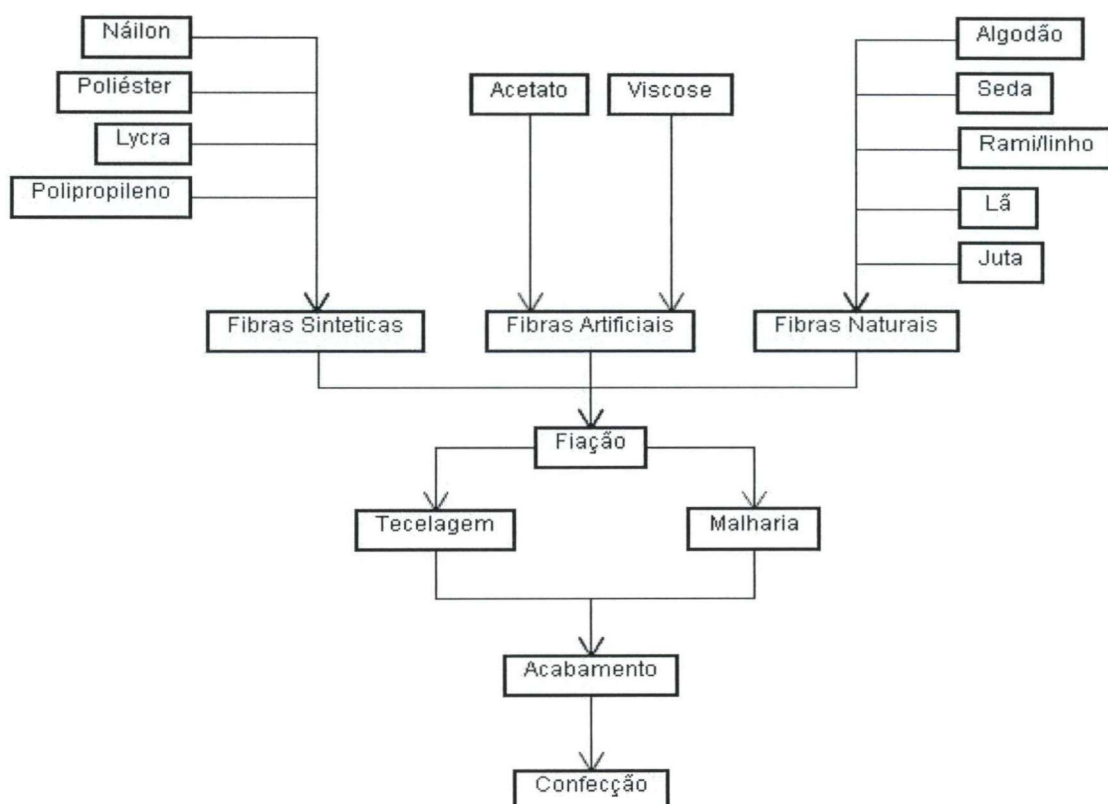


FIGURA 1 - Configuração básica da cadeia têxtil

FONTE: Análise da eficiência econômica e da competitividade da cadeia têxtil Brasileira (2000)

A indústria têxtil caracteriza-se por descontinuidade das operações intra-firmas, pois o produto de uma etapa é o principal consumo de outra, possibilitando com isso a especialização das empresas têxteis em fases de produção, bem como a contratação de empresas de serviços para o acabamento das peças. Esta característica faz com que a qualidade do produto final dependa das etapas anteriores de produção.

A heterogeneidade intra-setorial da cadeia têxtil brasileira é uma característica herdada da fase de substituição de importação, quando a competição estava bloqueada por políticas de promoção industrial. (GUIMARÃES, 1995) A heterogeneidade, em relação ao tamanho e nível tecnológico da indústria do setor, tende a ser aprofundado por crises, quando a grande empresa, com maior escala e mais moderna, toma fatias de mercado das empresas pequenas. (HAGUENAUER, 1990.)

O setor têxtil possui diversos sub-setores distintos e mercados específicos. Tem constantes desequilíbrios entre a oferta e demanda o que gera a necessidade de expertise, para aumentar as vendas frente a este caráter inconstante.

A inexistência de processo cooperativo, juntamente com a convivência de diferentes níveis tecnológicos e escala de produção, faz a indústria têxtil ter relações conflitantes em seu interior, ate mesmo pelo próprio objetivo de redução de custos ou menor imobilização de capital. (GARCIA, 1993). A constituição e consolidação de canais de exportação, integração vertical, regionalização das etapas produtivas, montagem e modernização da estrutura de comercialização, representam as estratégias principais para dominação de maiores fatias do mercado. (Lipkin apud Lisboa e Melo, 1994)

As empresas líderes conforme Haguenaaur apresenta os seguintes comportamentos:

- a) Seguem a evolução tecnológica internacional;
- b) Seguem comportamentos “Just in time”;
- c) Controlam a distribuição através de tradings, proporcionando relacionamento estreito com o mercado;
- d) Têm grande aparato na área de informática;
- e) São componentes de grupos empresarias, permitindo fácil distribuição de alocação de recursos financeiros entre diferentes empresas do grupo.

Mas a maioria das empresas têxteis são pequenas e não apresentam as mesmas características das grandes empresas. As empresas pequenas não apresentam grandes investimentos tecnológicos e não dispõem de informações precisas, podendo ser caracterizadas por comportamentos atrasados. Essa postura gera carências no setor de qualidade, grandes níveis de estoques, e elevado grau de instabilidade nas suas relações comerciais. (Rosa, 1994)

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO MUNDIAL TÊXTIL

O cenário internacional da década de 80 para a indústria têxtil mundial foi caracterizado por acirramento da concorrência, devido á mudanças tecnológicas e organizacionais dos países desenvolvidos. O acirramento da concorrência se deu pela diminuição relativa da demanda mundial de artigos têxteis a partir da década de 70. O consumo com vestuário nos países desenvolvidos cresceu em um ritmo menor do que os gastos totais com consumo. Além disso, os países em desenvolvimento vinham se industrializando com mais intensidade. (GARCIA, 1994)

A década de 80 para a indústria têxtil internacional foi marcada por uma mudança na estratégia das empresas. A nova estratégia adotada visava estimular fluxo rápido de informações, melhor relacionamento com fornecedores e clientes e formação de redes de cooperação. O bom desempenho da indústria têxtil passava da competitividade isolada para uma competitividade em conjunto da cadeia têxtil. (HIRATUKA & GARCIA, 1995)

A mudança tecnológica no setor, com a inserção da microeletrônica, fez a indústria passar de setor de mão-de-obra intensiva para capital-intensivo, mudando toda a estratégia de competitividade das empresas. (HIRATUKA & GARCIA, 1995)

Conforme a Tabela 1 nota-se uma perda das exportações de artigos têxteis dos países avançados, principalmente Estados Unidos (EUA), para dar espaço às exportações dos países do sudeste Asiático, principalmente Hong Kong, Coréia do Sul e Taiwan. A China quase dobrou seu valor exportado de artigos têxteis num período de dois anos.

Tabela 1- Principais países exportadores de artigos têxteis 1982 - 1986 (US\$ Bilhões)

	1982		1986
Alemanha Oc.	5,48	Alemanha Oc.	8,08
Japão	5,09	Itália	5,92
Itália	4,01	Japão	5,46
EUA	2,77	China	4,28
Bél. Lux	2,72	Hong-Kong	3,95
França	2,68	Benelux	3,85
Coréia	2,45	França	3,57
China	2,2	Coréia	3,2
Reino Unido	2,02	Taiwan	3,05
Holanda	1,78	EUA	2,56

FONTE: GATT, 1984, 1987, 1992.

Os países em desenvolvimento apresentaram bom desempenho devido ao custo baixo de mão-de-obra (HIRATUKA & GARCIA, 1994). Enquanto os países avançados inovaram em tecnologia no intuito de aumentar a produtividade e compensar os salários mais elevados em comparação com os países asiáticos.

A indústria têxtil no período de 1990 a 2000, no Brasil e em países da Ásia, foi marcada por uma competitividade amparada por mão de obra relativamente barata. Porém existe outros determinantes inseridos para aumentar a competitividade, principalmente na forma de relacionamento entre as empresas, como canais de distribuição, novas técnicas de gestão, inovação na cadeia de fornecimento, etc.

Neste sentido o aumento da competitividade nos países em desenvolvimento, com novas tecnologias e inovações na gestão e administração, fez aumentar a produtividade e conseqüentemente reduzir custos. Obrigou os países avançados norte americanos e europeus a introduzirem um padrão de concorrência baseado não somente nos preços, mas em qualidade, diferenciação, organização do comércio e flexibilidade. (Gorini, 2000)

Tabela 2 - Distribuição por área no mundo de Comércio de Têxteis 1995 - 2000 (Em %)

Exportações						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Mundo (bilhões de US\$)	112,1	114,1	119,4	112,2	112,3	123,1
Mundo	100	100	100	100	100	100
Países Desenvolvidos	39	40	40	42	41	39
Europa Ocidental	25	25	24	26	24	22
America do Norte	8	8	9	10	10	11
Outros	7	7	6	6	6	6
Países em desenvolvimento	57	56	57	54	55	57
Ásia	51	50	50	48	49	51
Am. Latina	3	3	4	4	4	4
África e Oriente Médio	3	3	3	3	3	2
Países em transição	4	4	4	4	4	4
Importação						
Mundo	100	100	100	100	100	100
Países Desenvolvidos	38	38	39	41	40	39
Europa Ocidental	20	19	19	20	19	18
America do Norte	12	14	15	16	16	16
Outros	7	7	6	5	6	5
Países em desenvolvimento	53	53	52	49	51	52
Ásia	36	36	34	30	31	32
Am. Latina	6	6	7	8	8	9
África e Oriente Médio	11	11	11	11	11	11
Países em transição	8	8	8	9	8	8

FONTE: PROCHINIK APUD MENDES, S. M. F. (2007)

Conforme tabela 2, nota-se uma diminuição das exportações por parte dos países da Europa ocidental, da África e Oriente Médio, e aumento nos países da América do Norte e América Latina. Nas importações de produtos têxteis houve um aumento nos países desenvolvidos, da América do Norte e da América Latina, enquanto houve uma redução nos países da Europa ocidental, países em desenvolvimento e nos países da Ásia.

O aumento da importação e da exportação nos países da América do Norte revela o comércio intra-industrial entre os países. Na América Latina o aumento das exportações e importações é resultado do acordo do MERCOSUL, que fez aumentar as relações comerciais de seus membros.

Em relação ao consumo mundial nota-se um aumento no consumo de fibras químicas passando de 19,2 toneladas em 1990, para 22,6 toneladas em 2000 (tabela 3), ajudando a dinâmica comercial dos países fabricantes de fibras químicas, enquanto o consumo de fibras naturais manteve-se com pouca variação.

Tabela 3 - Consumo mundial de fibras têxteis 1990-2000 (em milhões de t)

	Fibras Naturais	Fibras Químicas	Total
1990	20,8	19,2	40
2000	20,9	22,6	43,5

FONTE: PROCHINIK (2002)

4.2. ACORDOS INTERNACIONAIS

Os acordos têxteis são mecanismos que tinham como intuito aumentar a competitividade das indústrias têxteis dos países envolvidos. O primeiro acordo têxtil foi firmado em 1961, porém os acordos resultaram numa estrutura restritiva. Esta restrição tinha como intuito ajustar a competitividade nas indústrias têxteis dos países desenvolvidos. (Lima, 2006)

O acordo Multifibras de 1973 foi substituído pelo Acordo sobre têxteis e Vestuário (ATV), devido a pressões para liberações dos acordos sobre têxteis, redução das barreiras e das regras restritivas ao comércio. (Lima, 2006)

O ATV seria um processo de gradual e intermediária liberalização, dado certo período de tempo até a retirada de todas as restrições comerciais. Iniciado em 1995, o ATV teria dez anos de prazo, para o comércio internacional de têxteis ser organizado pelas regras do comércio multilateral internacional. (Lima, 2006)

O ATV seria feito em quatro etapas que visavam à gradativa eliminação do sistema do Acordo Multifibras. Iniciando em 1995, após 1998, 2002 e 2005, obedecendo a uma liberalização cumulativa, respectivamente, de 16%, 17%, 18% e 49% do volume importado em 1990. (Mendes, 2006)

Os dez anos do acordo de ATV, para Prochnik, foram marcados pela continuidade na divisão de trabalho internacional. Os países em desenvolvimento predominavam como exportadores de artigos têxteis e de vestuários, e os países desenvolvidos predominam como importadores de confecção e não de têxteis. Para o autor isto é um indicio de que os países em desenvolvimento compram seus insumos têxteis dos países desenvolvidos e, após re-exportam o produto final confeccionado. (Mendes, 2006)

Para o Brasil a liberalização do comércio de têxteis, era inevitável seja com a abertura comercial ou com o ATV. O que nota-se é um esforço mundial para o

aumento da competitividade do setor, porém cada país defendendo seus interesses. Neste sentido o acordo multifibras seguido do ATV, reforçou as diferenças tecnológicas existentes nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

4.3. CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA TÊXTIL NACIONAL ANTES DA ABERTURA COMERCIAL

Advindo de uma política de substituição de importação nos anos anteriores, a década de 80 para a indústria têxtil foi caracterizada por baixo desempenho do comércio internacional e pouco incentivo ao investimento tecnológico. Até 1985, a indústria têxtil era caracterizada por altas alíquotas associadas a subsídios nacionais, incentivos fiscais, e crédito governamental, com o objetivo de proteger a indústria nacional. Neste sentido a indústria nacional buscava maximizar seu lucro por meios de mínimos investimentos possíveis. Além disso, as restrições a importação de máquinas e equipamentos, representavam fator de dificuldade de modernização da indústria têxtil. (EMERY, 2007)

A preferência pelo comércio interno brasileiro ocorreu, segundo Guimarães & Martin (2001), por dois motivos. Primeiro a dificuldade encontrada pelas empresas nacionais para a comercialização de seus produtos no exterior. Segundo, pelas elevadas barreiras a importação

As características da indústria têxtil antes de 1990 são claramente as seguintes: Dependência de proteção tarifária lucros resultantes da exploração de mão-de-obra, baixos investimento em inovação e qualificação, grande influência política.

Á partir de 85, com o desaquecimento da economia por causa da inflação e conseqüentemente diminuição do crédito, as grandes indústrias têxteis foram forçadas a procurar novos mercados e tentaram modernizar-se.

As crises cíclicas da demanda e a falta de recursos acarretou no fechamento de micro-empresas têxteis, aumentando a concentração no setor. Entre 1984 para 1988, o número de micro-empresas diminuiu de 42%, para 27% em relação ao total de empresas têxteis, enquanto aumentou a concentração das pequenas, médias e grandes empresas, no entanto o número total de empresas diminuiu. (Tabela 4)

Tabela 4 - Brasil, empresas têxteis por tamanho 1984-1988

Ano	Micro		Peq.		Médias		Grande		Total	%
		%		%		%	s	%		
1984	2.127	42	1.787	35	981	19	201	4	5.096	100
1985	2.241	43	1.768	34	969	19	203	4	5.181	100
1986	2.436	43	1.935	34	1.077	19	214	4	5.662	100
1987	1.631	36	1.709	38	939	21	208	5	4.487	100
1988	1.266	27	1.916	41	1.236	27	230	5	4.648	100

FONTE: IEMI/SINDITÊXIL (1994) apud HIRATUGA & GARCIA (1995)

A cooperação entre firmas têxteis, neste período, era bastante baixa e as relações inter-firmas eram primárias. Não existia uma relação de parceria entre cliente-fornecedor, sendo mantidas somente no curto prazo, dificultando uma integração mais sociável entre os diversos segmentos da cadeia têxtil e por consequência tornando a indústria têxtil nacional pouco competitiva. (HIRATUKA & GARCIA, 1995)

4.3.1. Características tecnológicas e de inovações

Na década de 80, os investimentos em modernização tecnológica foram baixos e restritos às grandes empresas. Com crédito escasso as grandes empresas eram as únicas a poder financiar investimentos tecnológicos no setor. Além disso, os poucos investimentos feitos na compra de máquinas nova, eram feitos na compra de máquinas defasadas tecnologicamente em comparação com as indústrias têxteis dos países avançados, mas superior tecnologicamente as máquinas existentes no Brasil. (SCHERER E CAMPOS, 1993) Na tabela 5 pode-se notar esse pequeno aumento dos equipamentos, especificamente no setor de tecelagem.

Tabela 5 - Numero de teares no segmento de tecelagem 1986-1989

Ano	C/ Lançadeira	S/ lançadeira	Manual	Total
1986	145.540	18.818	495	164.853
1987	144.540	20.054	496	164.511
1988	144.129	21.916	497	166.542
1989	143.168	24.106	n.d.	167.274

FONTE: IEMI/SINDITÊXTIL (1994) apud HIRATUGA & GARCIA (1995)

Os artigos têxteis de uso domésticos e malharias foram os que mais se modernizaram, podendo assim usufruir de espaços maiores no mercado internacional. Na fiação e tecelagem, apenas 20% dos equipamentos utilizados puderam ser classificados como inovações tecnológicas. A concentração de equipamentos básicos, na faixa de 11 a 20 anos, em 1986, reflete o investimento ocorrido no período do “milagre”. A baixa produtividade do setor, ocasionado pelo envelhecimento do parque industrial, ocupando lugar tecnológico muito atrasado, comprometeram a competitividade do setor. (ATEM, 1989 APUD SCHERER E CAMPOS, 1993)

Sobre o setor de vestuário, a automação industrial concentra-se nos países desenvolvidos. No Brasil o setor de vestuário era voltado principalmente para o mercado interno, restringindo os níveis de exigência a preços acessíveis, não incentivando a busca na melhoria de qualidade e inovação tecnológica, fatores essenciais para a obtenção da competitividade externa.

Segundo Hiratuka e Garcia (1995), as inovações com diferenciação de produtos, melhoria na qualidade e inovações organizacionais, foram ainda menos difundidas que as inovações tecnológicas. O nível educacional e treinamento de mão de obra eram bastante baixos, até mesmo nas empresas que adotavam tecnologias mais modernas. O que fazia a indústria têxtil ser inferior, em termos de competitividade, em relação a indústrias estrangeiras.

4.3.2. Características da Balança Comercial do setor

Conforme Tabela 6, pode-se notar um movimento inconstante das exportações têxteis, caindo em 1986 em comparação ao ano de 1985, aumentando em 1987 e

1988, e diminuindo novamente em 1989 e 1990. Este movimento cíclico é resultado do movimento cíclico da demanda interna, a exportação era utilizada como estratégia secundária na falta de consumidores internos, sendo feitas somente por pequeno numero de grandes empresas.

Nos valores que se refere a importações, nota-se um rápido aumento de 1985 a 1989. Segundo Garcia (1992), as importações aumentaram por causa do rápido crescimento da demanda interna resultante do plano de estabilização econômica (Plano Cruzado).

Tabela 6 - Balança comercial têxtil 1985-1989 (Em US\$ milhões)

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1985	882,1	72,3	809,8
1986	837,6	164,1	673,5
1987	1.005,30	154,1	851,2
1988	1.219,50	232,5	987
1989	1.174,90	424,1	750,8

FONTE: Abit

A partir de 1986, já se inicia no Brasil movimentos para a ocorrência da abertura comercial. Conforme tabela 7, pode-se notar uma redução nas alíquotas de importação, aumentando as importações dos produtos têxteis.

Tabela 7 - Brasil tarifas aduaneiras para produtos têxteis 1986-1988

Produtos	Alíquotas	
	1986	1988
Fios de sedas	85	50
Tecidos de seda	1005	65
Lã Bruta	30	30
Fios de Lã	65	50
Tecidos de Lã	105	65
Algodão em pluma	55	10
Fios de Algodão	85	30
Tecidos de Algodão	105	60
Filamentos Art/Sint.	55	55
Fil. De pol. (Lycra)	55	55
Tecidos de Fil.	85	65
Fibras Art./Sint.	55	45
Fios fibras Art./Sint.	55	55
Tec. Fibras Art/Sint.	105	65

FONTE: ABIT

4.3.3. Políticas governamentais ao setor para a abertura comercial

Em 1989, foi aprovado um plano de reestruturação da indústria têxtil. Este plano fazia parte do Programa Setorial do Governo (PSI). O PSI Têxtil tinha como objetivo modernizar e aumentar a eficiência da indústria têxtil, tornando-a mais competitiva. (HIRATUKA E GARCIA, 1995)

O PSI estabelecia metas de crescimento, modernização, administração de produção, formação da mão-de-obra e fornecimento de insumo até 1995, e abrangia todo o complexo têxtil. Com o PSI estava ligada uma redução gradual das alíquotas de importação. (HIRATUKA E GARCIA, 1995)

Com a prioridade do controle da inflação a redução de alíquotas foi antecipada e o PSI foi posto de lado, inviabilizando a reestruturação do setor têxtil. (HIRATUKA E GARCIA, 1995)

5. A ABERTURA COMERCIAL E OS EFEITOS NA INDÚSTRIA TÊXTIL NACIONAL

O Brasil por vários anos adotou uma política industrial com base na proteção da indústria nacional e substituição de importação, política essa criticada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

A abertura comercial brasileira teve início em 1988, no Governo Sarney, quando ocorreram alterações na estrutura tarifária, reduzindo tarifas e extinguindo critérios diferenciados de exportação de forma gradual. A formalização da liberação comercial aconteceu no Governo de Collor de Mello, em 1990, com a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE). A política de abertura comercial veio com o discurso de aumentar a competitividade e a competição externa por meio de uma alocação de recursos mais eficiente, promovendo uma reestruturação produtiva no país.

Foram realizados três programas de redução de tarifas, 1988 a 1989, 1991 a 1993 e 1994. A primeira fase de 1988 a 1989 buscou eliminar a parcela redundante da tarifa nominal, o que não ocasionava efeitos importantes sobre o volume de importações. De 1991 a 1993, eliminavam-se as barreiras não tarifárias e os regimes especiais de tributação. Por último, em 1994 teve-se a redução de tarifas associada à estabilização dos preços domésticos, por meio de uma competição externa maior.

Tabela 8 - Tarifa média 1990-1996 (Em %)

ANO	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
TARIFA MÉDIA	39,6	32,1	30,5	23,6	15,7	13,5	11,2	12,8	13	15,6	15,5

FONTE: KUME, PIANI E SOUZA 2003.

Conjuntamente com a abertura comercial, iniciou-se no Brasil a liberalização de contas capitais, introduzindo taxas de câmbio flutuante em 1989, provocando um grande aumento da entrada de investimentos estrangeiros no país. O grande fluxo de capital estrangeiro para dentro do país apreciou a taxa de câmbio real efetiva em 1994, e a implantação do Plano Real, em 1994, reduziu a inflação em 10%.

No final de 1994, as altas taxas de juros e a crise Mexicana provocaram uma deterioração da balança comercial, com isto o Governo passou a adotar uma política de desvalorização nominal do real em relação ao Dólar, com isto o cronograma de liberalização comercial foi alterado. O governo adotou medidas restritivas, aumentando as tarifas de importação e adotou quotas de importação.

Entre 1996 e 1998, a taxa de cambio retomou seu estagio inicial e a sobrevalorização da moeda ajudou no processo de liberalização.

Ao longo do período da abertura comercial, a alíquota media da tarifa aduaneira de artigos têxteis diminui de 31,8 para 19,4%, entre 1990 e 1999, respectivamente. Observa-se no gráfico 1 uma forte diminuição entre 1989 e 1990 e entre 1991 e 1993.

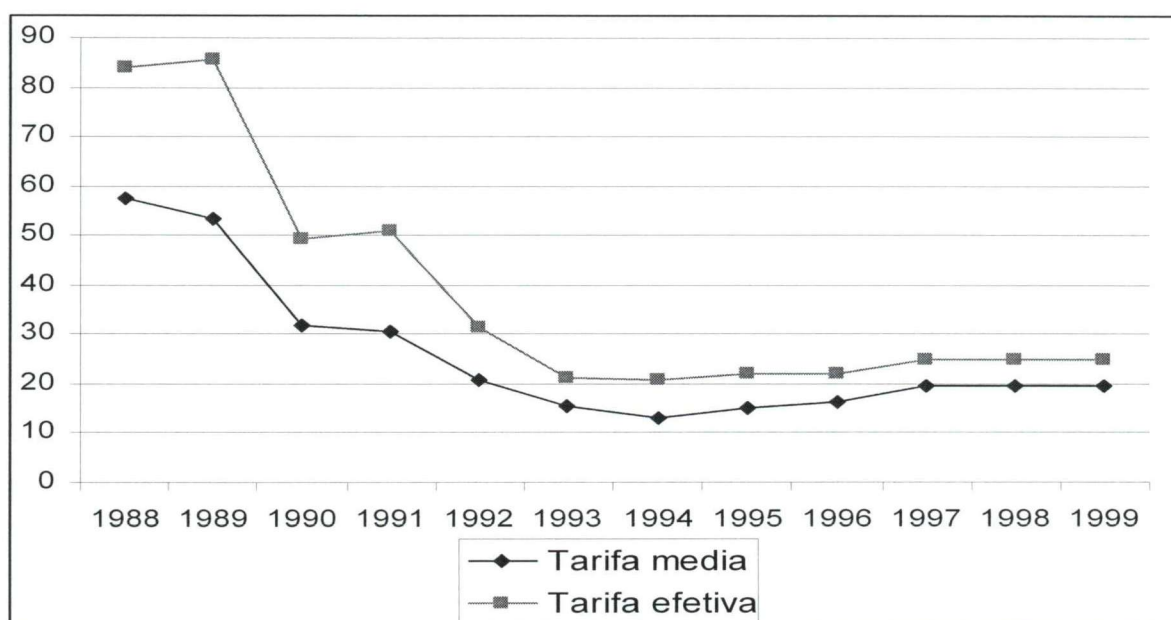


Gráfico 1: Tarifas médias efetivas para produtos têxteis 1988-1999 (Em %)

FORNTE: Kume, Piani e Souza 2000 Apud Lima. J. C. Raquel, 2006. Adaptado pela autora.

A grande dependência da indústria têxtil em relação ao mercado interno, a as políticas de proteção comercial e o baixo desenvolvimento tecnológico, fez com que centenas de firma falissem com a rápida diminuição de tarifas e entrada de produtos têxteis mais competitivos. Pode-se notar, conforme Tabela 9, uma queda de 15% no numero total de firmas em 1993 em relação a 1990.

Tabela 9 - Brasil, empresas têxteis por tamanho 1990-1993

Ano	Micro	%	Peq.	%	Médias	%	Grandes	%	Total	%
1990	553	13	1.524	35	1.956	45	324	7	4.357	100
1991	550	13	1.646	39	1.789	42	271	6	4.256	100
1992	705	20	1.229	35	1.474	42	101	3	3.509	100
1993	660	18	1.326	36	1.608	43	107	5	3.701	100

Fonte: IEMI/SINDITÊXTIL apud BARBOSA 1997 Informações dos anos seguintes não estão disponíveis.

Comparado o gráfico 2 com a tabela 9 pode-se notar claramente o impacto da abertura comercial sobre o número de empresas têxteis no Brasil, principalmente nas micro e pequenas empresas têxteis. A entrada de produtos estrangeiros com preços mais competitivos ocasionou o fechamento de 1467 micros empresas têxteis e 461 pequenas empresas têxteis entre 1984 a 1993, comparando a tabela 9 com a tabela 4. Nas médias e grandes empresas também ocorreu fechamento de empresas, mas em quantidade menores, sendo que em comparação ao total do mercado as grandes e médias empresas ganharam espaço, as pequenas mantiveram-se e as micros empresas perderam espaço.

5.1. EFEITOS NA INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DO SETOR

A nova condição de concorrência colocada pela abertura comercial mudou o comportamento da indústria têxtil nacional. As empresas que se mantiveram em funcionamento iniciaram um processo de mudança na estrutura industrial no que tange tecnologias e investimentos. As indústrias têxteis adotaram novas formas de organização da produção e aumentaram os investimentos na modernização de equipamentos e maquinaria têxtil.

No gráfico 2, pode-se notar uma redução de produção e importação de máquinas têxteis até 1992, após esta data o setor inicia um processo de modernização até 1995, de 1996 o setor diminui o processo de modernização diminuindo a compra de máquinas têxteis. A abertura comercial além de facilitar a entrada de produtos têxteis também facilitou a entrada de bens de produção têxteis,

com isso à modernização nacional têxtil foi feita com base na importação de equipamentos têxteis.

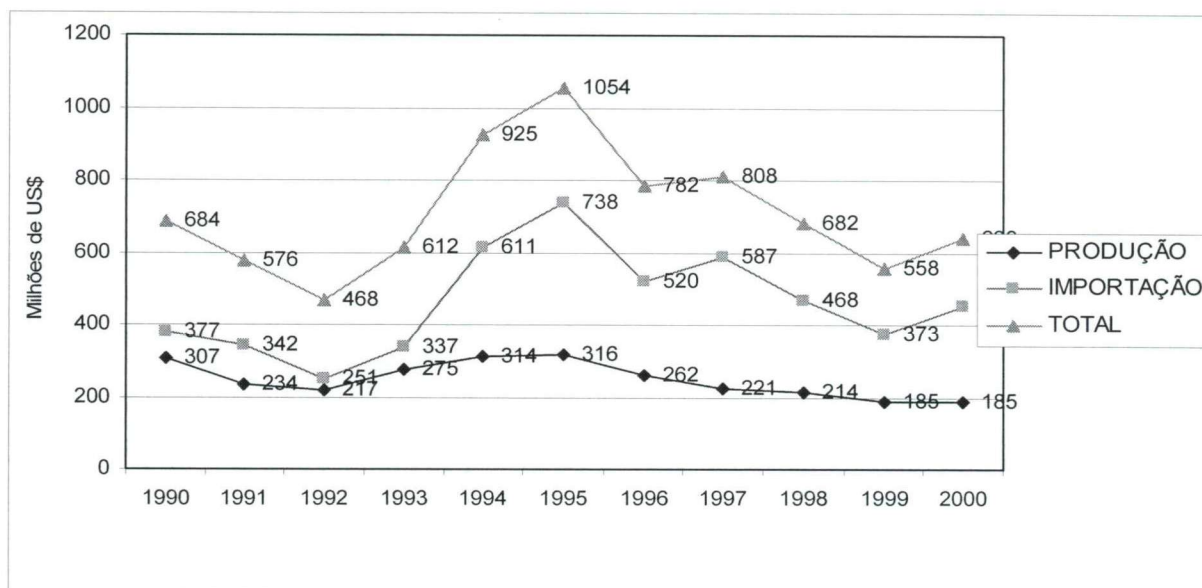


Gráfico 2: Produção, importação e total de máquinas têxteis, Brasil 1990-2000

FONTE: Prochinik 2002 Apud Paula, Nilson M. & Campos, Antônio C. 2006.

Outro efeito foi a redução da idade média do parque industrial têxtil. Conforme tabela 10 pode-se notar uma redução média no setor de fiação de 10,55 para 6,2 anos, entre 1990 e 1998. No setor de tecelagem de 9,08 para 6,94 anos. A malharia de 9,52 para 4,65 anos, e o setor de confecção de 8,12 para 2,47 anos. Nestes quatro segmentos obteve-se uma redução média de 9,14 para 5,04 anos, no referido período. A redução da idade média da maquinaria têxtil é fator resultante do aumento da compra de novos maquinários têxteis, principalmente dos maquinários importados, na tentativa de tornar a indústria têxtil competitiva.

Tabela 10 - Idade média em anos de máquinas da indústria têxtil no Brasil, por segmento 1990-1988

	1990	1998
Fiação (média)	10,55	6,2
Fusos	15,4	9,3
Rotores	5,7	3,1
Tecelagem (média)	9,08	6,94
Tear de pinça	9,7	6,6
Tear a jato de ar	3,9	1
Tear a jato de água	1	0,9
Tear de projeto	8,6	6,8
Tear de lançadeira	22,2	19,4
Malharia (média)	9,525	4,65
Circular	9,8	7,5
Retilínia	10,3	4,4
Kattensthul	9,6	3,2
Raschel	8,4	3,5
Confecção (média)	8,125	2,475
Costura reta	9,6	2,6
Overloque	8,3	2,8
Interloque	6,2	2
Corte	8,4	2,5
Média	9,14	5,04

FONTE: GORINI (2000); adaptado pela autora

O aumento da interação entre os agentes da cadeia produtiva têxtil, a incorporação de canais de distribuição, adoção de novas técnicas de gestão, formação de conglomerados e fusões de empresas têxteis são outros efeitos observados. As relações entre os agentes têxteis passam a ter um caráter mais estreito e cooperativo, com o intuito de reduzir custos e obter ganhos de produtividade. Além disso as empresas têxteis nacionais passam a investir em valores de marca, oferecer produtos com mais qualidade e maior valor agregado na intenção de manter e aumentar a sua rentabilidade. (GORINI, 2000)

5.1.1. Financiamento e crédito para aumentar a competitividade

A reação das indústrias têxtil frente à concorrência estrangeira, como a modernização e a inovação, necessitava de financiamento e crédito para a sua implantação. Nos países industrializados e em industrialização como alguns países

asiáticos, as condições de crédito e financiamento eram mais fáceis em comparação com o Brasil. O fácil acesso ao mercado de crédito e financiamento é um dos fatores auxiliares à competitividade. O difícil acesso, prazos curtos e juros altos do financiamento brasileiro fazem a indústria têxtil ter dificuldades com a implantação de um parque industrial têxtil mais moderno. À medida que o setor têxtil tornou-se mais intensivo em capital, qualquer mudança nas condições de financiamento acarreta em mudanças na estrutura competitiva do setor (SEBRAE ,2000).

De acordo com estudo feito pelo SEBRAE sobre o setor têxtil, as condições creditícias no Brasil na época da abertura comercial eram muito deficitárias em relação aos países concorrentes. Com base no estudo do SEBRAE (2000), a difícil condição de financiamento interno fez com que muitas indústrias importassem maquinários a base de financiamentos externo, com juros em torno de 6% ao ano e com carência de um ano e cinco anos de prazo. Fazendo uma comparação entre a Selic e a taxa de juros do longo prazo dos Estados Unidos, nota-se uma grande diferença, enquanto em dezembro de 1998 a taxa dos Estados Unidos estava em 4,65, a taxa Selic no Brasil estava em 28,96.

O financiamento externo e o caro financiamento interno fez aumentar grau de concentração da produção e de heterogeneidade tecnológica na indústria têxtil, pois somente as grandes empresas tiveram acesso aos financiamentos mais acessíveis, enquanto as micros, pequenas e media empresas tiveram seu financiamento limitados a recursos próprios e/ou com alto custo.(IEL, CNA E SEBRAE,2000)

Uma das alternativas para a obtenção de financiamento foi via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No período de 1996-1998, destaca-se um programa especial de investimento para a indústria têxtil. Este programa visava modernizações produtivas e gerenciais das empresas do segmento de fiação, malharia, acabamento e confecção. O programa notavelmente melhorou as condições de financiamento das linhas BNDES para a indústria têxtil demonstrando preocupação do banco em relação à indústria têxtil, no entanto os custos de financiamento ainda se encontravam desiguais em relação aos concorrentes externos. De acordo com a tabela 11 nota-se um aumento dos desembolsos do BNDES para o setor têxtil, entre 1990 a 1998, destacando o ano de 1996 a 1998 quando foi implantado o programa especial para o setor têxtil.

Tabela 11 - Evolução dos desembolsos do sistema BNDES ao setor têxtil 1990-1998 (Em milhões de US\$)

ANO	DESEMBOLSO
1990	120,17
1991	103,45
1992	104,32
1993	109
1994	161,49
1995	339,7
1996	152,86
1997	322,86
1998	367,76

FONTE: BNDES apud Gorini A. P. F.; Siqueira, S. H. G. (2000)

5.2. EFEITOS NA PRODUTIVIDADE E EMPREGO

A intensa pressão competitiva que a abertura comercial gerou fez a indústria têxtil reduzir seus custos, adotar novos métodos de produção e introduzir novas tecnologias com pouco uso de mão-de-obra, fazendo diminuir a quantidade de emprego no setor. Além disso, a falência de inúmeras pequenas empresas fez aumentar o desemprego no setor.

Por outro lado a produtividade aumentou no setor, a reestruturação tecnológica com a compra de maquinários mais modernos, fez o setor tornar-se cada vez mais intensivo em capital. No gráfico 3 nota-se uma diminuição no emprego e aumento na produção, ou seja a indústria têxtil esta tornando-se competitiva ao custo da mão-de-obra, no sentido de aumento da produtividade..

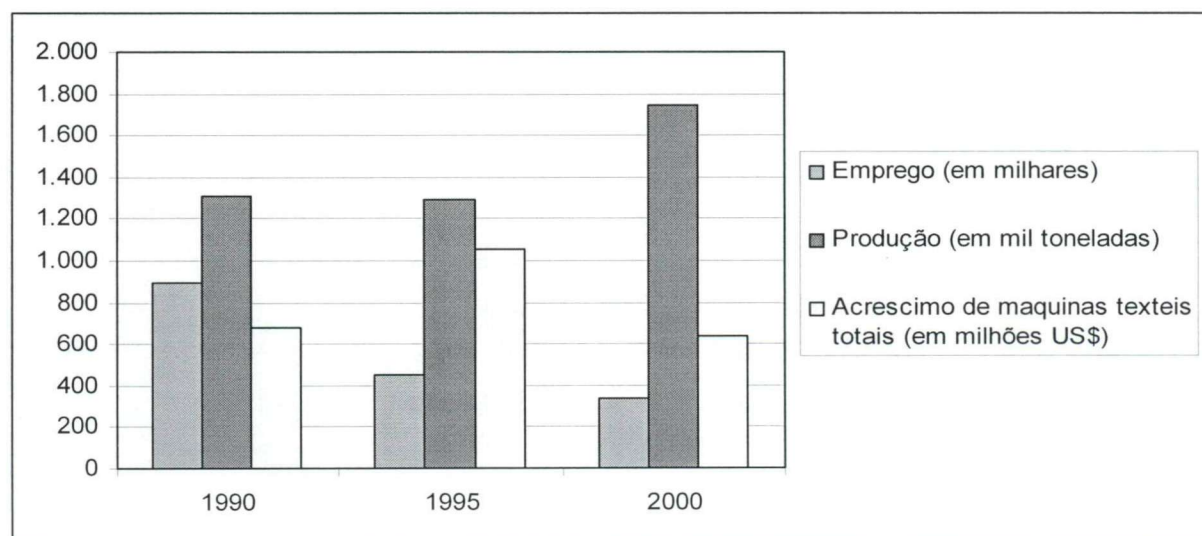
De acordo com os dados do IEMI (tabela 12), a produtividade da indústria têxtil teve uma variação, entre 1990 a 1999, de 224% no setor de fiação, 333,5% no setor de tecelagem, 74,8% na malharia e 78% no setor de confecção. A média passou de 2,2 toneladas por trabalhador em 1990 para 6,7 toneladas por trabalhador em 1999.

Tabela 12 - Evolução da produtividade da indústria têxtil 1990-1999 (t por trabalhador)

Segmentos	1990	1999	Var%
Fiação	4,16	13,6	224,1
Tecelagem	2	8,66	333,5
Malharia	2,11	3,7	74,8
Confecção	0,53	0,95	78
Média	2,2	6,7275	177,6

Fonte: IEMI Apud DIAS, M. C. (2007) Adaptado pela autora

Analisando o emprego, a produção e o capital investido em máquinas e equipamentos, no período de 1990 a 2000, fica evidente a reestruturação da cadeia têxtil, no sentido de estar tornando-se cada vez mais intensiva em capital. O gráfico 3 mostra uma diminuição na quantidade de mão de obra, de 894.000 para 339.000 no período de 1990 a 2000, respectivamente. Aumento da produção de 1.310.000 toneladas para 1.739.000 toneladas e forte aumento o do maquinário têxtil em 1995, passando o investimento em maquinário de 684 milhões de dólares, em 1990, para 1.291 milhões de dólares em 1995, voltando a diminuir em 2000 para 638 milhões de dólares. Esta variação dos investimentos é explicada no sentido de que a reestruturação do maquinário têxtil aconteceu no período de 1993 a 1996, uma vez que o setor têxtil já esta reestruturado, em relação à maquinaria, os valores investido voltam a normalizar-se.

**Gráfico 3: Emprego, produção e investimento em máquinas têxteis 1990-2000**

Fonte: IEMI apud Lima, Raquel J. C. 2006 e Prochinik 2002 apud Paula, Nilson M. & Campos, Antônio C. 2006. Adaptado pela autora.

A relação capital investido em maquinário e trabalho para os anos de 1990, 1995 e 2000 são respectivamente 0,76 , 2,3 e 1,8. Com isso presume-se que a partir da década de 90 a indústria têxtil nacional passou a ser intensiva em capital, ou seja, revertendo seu estoque de mão de obra em novos maquinários, passando a produzir maiores quantidades com menor quantidade de mão-de-obra, ficando mais produtiva e tornando-se de certa forma mais competitiva em relação a conjuntura têxtil nacional dos anos anteriores.

Este pressuposto fica mais evidente quando se analisa a quantidade de funcionários por empresa (Tabela 13), no período de 1992 a 1999 a quantidade de funcionários médios por empresa diminuiu em torno de 30%. Com a abertura comercial as pequenas empresas faliram e as grandes reestruturaram-se, a implantação de novos métodos e novas máquinas mais produtivas, principalmente as importadas, fez diminuir o número médio de funcionários por empresas, confirmando o que já foi dito anteriormente.

Tabela 13 - Número médio de empregados por empresas e Índice 1990-2000

Ano	Empregados	Índice (Base 92=100)
1992	60	100
1993	62	103,3
1994	65	108,3
1995	52	86,6
1996	46	76,6
1997	43	71,6
1998	43	71,6
1999	42	70

FONTE: Ministério do trabalho e emprego apud Massuda 2006. Adaptado pela autora.

5.3. EFEITOS NA PRODUÇÃO

A produção têxtil no geral, em toneladas, aumentou em 33% entre 1990 a 2000, todos os setores (tabela 14), porém quando comparado a tabela de valor da produção (tabela 15) nota-se uma diferença entre elas. Enquanto a quantidade de produção aumenta o valor da produção em milhões de dólares diminuiu a partir do

ano de 1999. Em 1999 a produção em tonelada aumentou em 13% em relação a 1990, porém o valor da produção neste mesmo período diminuiu em 25%. Analisando o preço por tonelada, nota-se uma queda nos preços têxteis passando 13,8 mil dólares por tonelada para 9,5 dólares por tonelada no ano de 2000.

Tabela 14 - Produção por segmento têxtil e índice 1990-2000

	FIBRAS¹		TÊXTIL²	
	(t)	Índice Fibras (90=100)	(t)	Índice Têxtil (90=100)
1990	1027	100	1313	100
1995	931	90,7	1301	99,1
1998	803	78,2	1301	99,1
1999	942	91,7	1489	113,4
2000	1195	116,4	1750	133,3

Fonte: IEMI apud Monteiro, Dulce C. F. & Santos, Angela M. M. adaptado pela autora.

¹ Em 2000, dados preliminares para a produção de fibras e filamentos naturais e químicos

² A produção têxtil total, por critério, é medida pelo volume de fios fiados e filamentos têxteis

Tabela 15 - Produção têxtil, índice e preço por t 1990-2000

	TÊXTIL¹ (em US\$	Índice Têxtil	
	Milhões)	(90=100)	Preço por t (em mil US\$)
1990	18098	100,0	13,8
1985	18221	100,7	14,0
1998	18580	102,7	14,3
1999	13692	75,7	9,2
2000	16640	91,9	9,5

Fonte: IEMI apud Monteiro, Dulce C. F. & Santos, Angela M. M. adaptado pela autora.

Segundo Raquel Lima, a oposição entre produção e valor produção pode ser explicada pelo fato do valor adicionado da indústria têxtil estar reduzindo ao longo do período (tabela 16). Lembrando também que os preços dos artigos têxteis foram puxados para baixo com a abertura comercial, podendo este ser outro fator explicativo para esta diferença.

A variação do valor adicionado tem uma queda acumulada de 25% de 1990 a 2000, conforme tabela 16.

Tabela 16 - Variação do valor adicionado em volume da indústria têxtil e Índice 1991-2000

	Valor adicionado a preços básicos (%)	Índice acumulado Base 1990=100)
1991	-4,81	95,1
1992	-5,08	90,3
1993	3,47	93,4
1994	1,93	95,2
1995	-5,84	89,7
1996	-5,64	84,6
1997	-6,65	79,0
1998	-1,58	77,7
1999	-4,79	74,06
2000	2,07	75,5

Fonte: IBGE, adaptado pela autora.

5.4. EFEITOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO SETOR

O saldo da balança comercial têxtil é um fator determinante para medir a competitividade da indústria têxtil. O valor das exportações subtraído da importação de produtos têxteis é uma medida da competitividade, pois mostrará o potencial da indústria têxtil no mercado interno e externo.

O valor das importações maior que as exportações demonstrarão que os preços dos produtos têxteis nacionais são mais elevados que os preços dos produtos têxteis estrangeiros e/ou que os produtos têxteis importados tem maior qualidade em comparação com os produtos nacionais. Caso o valor das exportações seja maior que o valor das importações isso significara que o produto têxtil nacional é competitivo comparado aos produtos têxteis do exterior, tendo preço e qualidade atraente.

5.4.1. Exportações

As exportações brasileiras de artigos têxteis mantiveram-se praticamente estáveis (tabela 17) com baixíssimas variações entre 1990 a 2000, sendo a maior variação um acréscimo de 19% em 1992 comparado com o ano de 1990. Porém quando se observa o coeficiente de exportação nota-se um aumento passando de 0,06 em 1990 para 0,08 em 2000, isto significa que o valor das exportações aumentou mais que o valor da produção.

Tabela 17 - Exportações têxteis 1990-2000

ANO	EXPORTAÇÃO (em milhões de US\$)	Índice (1990=100)	Coeficiente de exportações ²
1990	1.248	100	-
1991	1.382	111	0,06
1992	1.491	119	0,075
1993	1.382	111	0,075
1994	1.403	112	0,066
1995	1.441	115	0,064
1996	1.292	104	0,059
1997	1.267	102	0,062
1998	1.113	89	0,063
1999	1.010	81	0,068
2000	1.222	98	0,08

Fonte: Abit/IPEA adaptado pela autora

A queda nas exportações brasileiras somente não ocorreu parte pela forte participação da relação comercial do MERCOSUL, em especial a Argentina. A relação comercial com o MERCOSUL fez a Argentina, em 1994, ser o segundo país a mais receber exportação de artigos têxteis e de vestuários brasileiro, totalizando 12,5% do total de exportações brasileiras. Outros países também integrantes do MERCOSUL passam aumentar a importação de produtos têxteis e de vestuários

² O coeficiente de exportação da atividade é as exportações de determinado período dividido pelo valor da produção da atividade neste mesmo período. Maiores informações consultar LEVY, Paulo M. & SERRA, M^a Isabel F. "Coeficientes de importação e exportação na indústria" Boletim de conjuntura econômica jul-ago 2002.

nacionais, como o Paraguai (5,7%), Bolívia (4,2%), Chile (4%) e Uruguai (3%), intensificado mais para o ano de 2000. (tabela 18)

Tabela 18 - Principais mercados de destino das exportações nacionais de têxteis e vestuário 1989 -2000 (Em %)

País	1989	País	1994	País	2000
Estados Unidos	25	Estados Unidos	27,5	Argentina	28,1
Alemanha	9,3	Argentina	12,5	Estados Unidos	21,9
Canadá	5,3	Alemanha	9,9	Colômbia	4,8
Hong Kong	4,1	Paraguai	5,7	Chile	4,8
Itália	3,3	Bolívia	4,2	Alemanha	4,3
Japão	3,3	Chile	4	Paraguai	4,2
Portugal	3	Japão	3,3	Japão	3,8
Chile	2,9	Itália	3,3	Uruguai	3,6
Paraguai	2,4	Canadá	3,2	Bolívia	2,5
Polônia	2,3	Uruguai	3	Canadá	2,1

Fonte: Abit apud MENDES, Sílvia M^a F (2007).

5.4.2. Importações

As importações Brasileiras diferentemente das exportações tiveram grandes aumentos, a partir de 1993. Em 1993 as importações mais que dobraram, em 1995 quadruplicaram, em comparação com o ano de 1990, e mantiveram-se num patamar elevado (Tabela 18). Pelo resultado do coeficiente de penetração das importações³ podem-se observar aumentos significantes até 1997.

³ O coeficiente de penetração das importações refere-se à parcela do consumo aparente, ou seja, da oferta interna atendida pelas importações. É a importação da atividade dividida pelo consumo aparente da atividade em determinado período. Maiores informações consultar LEVY, Paulo M. & SERRA, M^a Isabel F. "Coeficientes de importação e exportação na indústria" Boletim de conjuntura econômica jul-ago 2002.

Tabela 19 - Importações têxteis 1990-2000

ANO	IMPORTAÇÃO (em Milhões de US\$)	Var (1990=100)	Coefficiente de penetração das Importações
1990	463	100	-
1991	569	122,9	0,018
1992	535	115,6	0,022
1993	1.175	253,8	0,054
1994	1.323	285,7	0,053
1995	2.286	493,7	0,078
1996	2.310	498,9	0,091
1997	2.416	521,8	0,096
1998	1.923	415,3	0,082
1999	1.443	311,7	0,069
2000	1.606	346,9	0,078

Fonte: Abit/IPEA adaptado pela autora

A origem das importações brasileiras, em 1988 era principalmente dos países de fronteira como Paraguai (47%), Uruguai (13,5%) e Argentina (8,5%), estes países também eram considerados, na época, com baixa competitividade. Após a abertura comercial em 1994, nota-se a entrada mais vigorosa de produtos têxteis advindos de países com maior competitividade no setor, mas continua a importação de produtos têxteis dos países de fronteira, porém com menor intensidade. Na tabela 20 destaca-se, em 1994, as importações advindas da China (3,3%), da Coreia do Sul (4,2%) e de Hong Kong (3,3%), e a perda de mercado brasileiro por parte dos países de fronteira. No ano de 2000 as importações têxteis advinham principalmente dos Estados Unidos (15,8%), da Argentina (13,6%) e da Coreia do Sul (9,1%).

Tabela 20 - Principais mercados de origem das importações nacionais de têxteis e Vestuários 1989-2000 (Em %)

País	1989	País	1994	País	2000
Paraguai	47	Argentina	27,5	Estados Unidos	15,8
Uruguai	13,5	Estados Unidos	12,5	Argentina	13,6
Argentina	8,5	Paraguai	9,9	Coreia do Sul	9,1
Estados Unidos	7,4	Rússia	5,7	Taiwan	9
França	2,4	Coreia do Sul	4,2	Paraguai	5,1
Reino Unido	2,1	Uruguai	4	Itália	4,5
Bolívia	1,7	China	3,3	China	3,8
Bélgica	1,7	Hong Kong	3,3	Uruguai	3
Alemanha	1,6	Itália	3,2	Indonésia	2,4
Itália	1,4	Uzbequistão	3	Espanha	2,4

Fonte: Abit apud MENDES, Sílvia M^a F (2007).

5.4.3. Balança comercial

Analisando o gráfico 4, da balança comercial têxtil, nota-se claramente o efeito da abertura comercial sob indústria têxtil, com redução de tarifas, e o efeito da implementação do Plano Real. A partir do ano de 1992 o saldo da balança comercial começa a entrar em declínio, mais em função do aumento das importações do que de redução das exportações. Esse declínio demonstra nitidamente a precariedade da estrutura têxtil, no início dos anos 90. O setor têxtil estava defasado em sua estrutura e a implantação do Plano Real valorizou o real, facilitando a entrada de produtos estrangeiros e por conseqüência causando um efeito deficitário na balança comercial do setor têxtil, a partir de 1994.

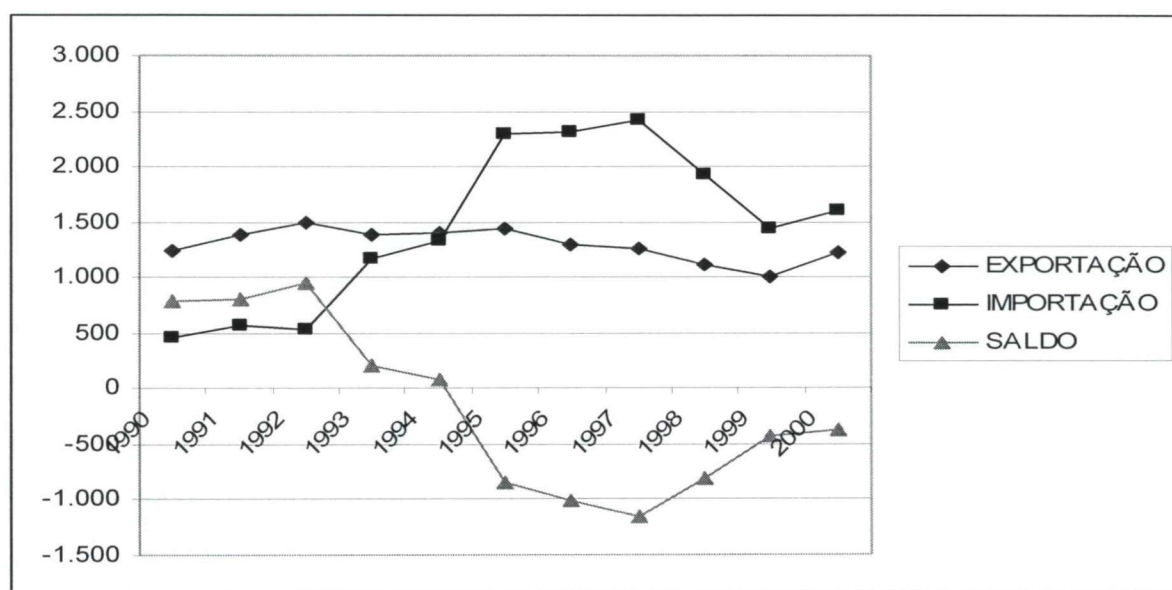


Gráfico 4: Balança comercial têxtil 1990-2000 (Em milhões de US\$)

FONTE: ABIT; elaborado pela autora.

Como se pode notar as relações comerciais Brasileiras na década de 90 foram marcadas pelos países do MERCOSUL e pelos países Asiáticos.

A forte relação com os países do MERCOSUL, no que tange importação e exportações, para Paula, N. & Campo, A. demonstra o evento de um padrão de comércio intra-industrial, ou seja, a ocorrência de transações intensas dentro do mesmo tipo de indústria.

A relação comercial brasileira com países Asiáticos é devido ao baixo custo de mão-de-obra, maior tecnologia e o aumento do mercado de produtos têxteis sintéticos.

5.5. EFEITOS NOS PREÇOS

Os preços dos produtos têxteis foram declinantes na década de 90, por dois motivos: primeiramente a abertura comercial, que diminui as tarifas de importação diminuindo o preço das importações e segundo pelo Plano real, que valorizou a moeda nacional, estimulando as importações.

A implantação do Plano real fez a moeda nacional valorizar-se, tendo como consequência o aumento das importações, diminuindo a demanda por produtos nacionais e consequentemente puxando o preço dos produtos nacionais para baixo. No gráfico 5 nota-se uma diminuição da taxa de cambio efetiva de produtos têxteis, a partir de 1993. Esta diminuição da taxa de cambio fez aumentar a importação de produtos têxteis e diminuir o preço dos produtos têxteis nacionais.

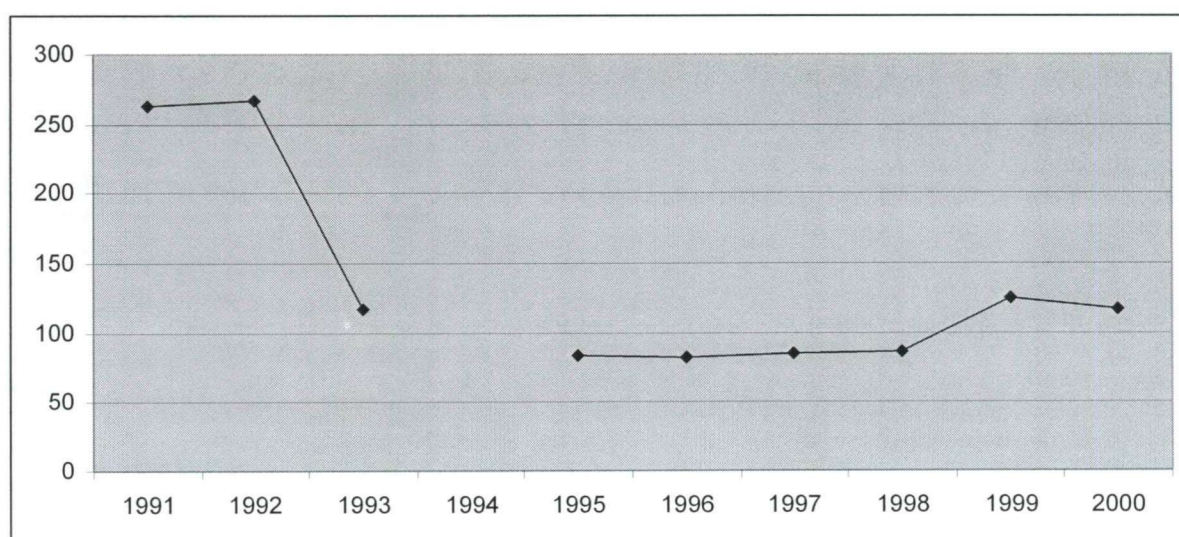


Gráfico 5: Transformação da taxa de cambio, efetiva real, têxtil - índice (média 2005=100)
FONTE: IPEADATA, dados de 1994 não estão disponível.

Na década de 90, nota-se pelo gráfico 6 a diminuição do preço das importações, com a diminuição das barreiras tarifárias da abertura comercial. No ano de 1990 o preço de artigos têxteis era de 8,60 US\$/Kg, passando para 5,43 US\$/Kg em 1995 e em 2000 para 3,85US\$/Kg. O preço das exportações manteve-se estáveis no período.

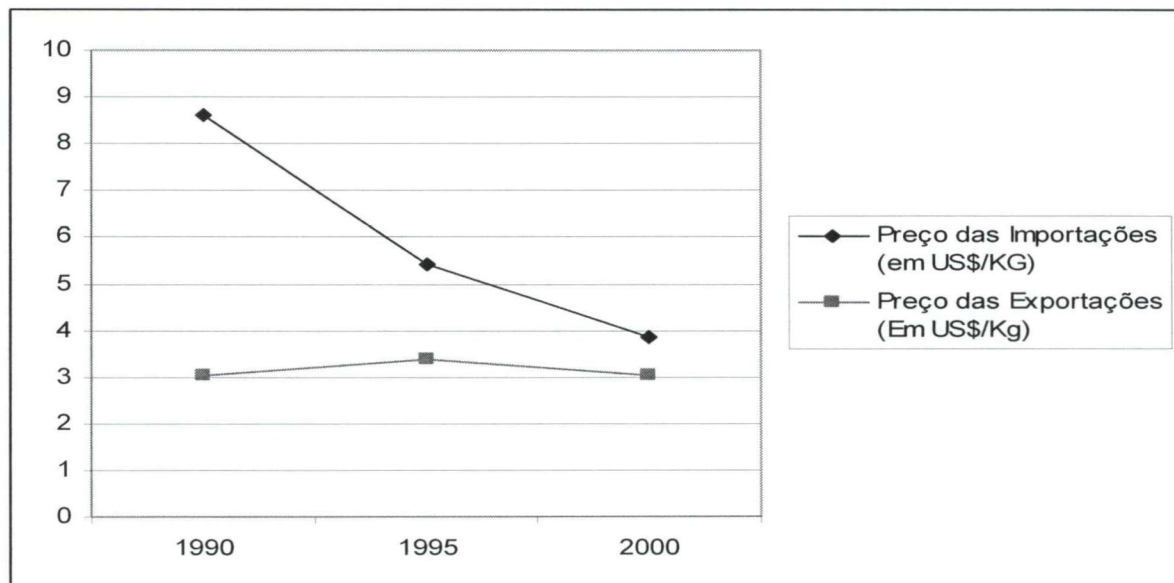


Gráfico 6: Preço das importações e exportações têxteis 1990-2000 (em US\$/Kg)
FONTE: SECEX

6. CONCLUSÃO

Devido a uma política de substituição de importações dos anos anteriores a indústria têxtil, nos anos 80, era caracterizada por pequeno desempenho do comércio internacional e baixo investimento tecnológico. A indústria têxtil até o final da década de 80 era totalmente dependente da proteção tarifária para a sua sobrevivência.

Com a abertura comercial do início da década de 90 a indústria têxtil nacional enfrentou um aumento da concorrência por parte dos produtos importados. As altas alíquotas de importação vigentes até então foram retiradas e a entrada de produtos estrangeiros foi inevitável.

O aumento da competitividade da indústria nacional se caracteriza como um dos motivos para a abertura comercial, do início da década de 90, porém tal objetivo não é tão simples de ser alcançado. A ausência de políticas para o setor e a falta de planejamento agravou a situação precária da indústria têxtil frente a indústrias estrangeiras.

A pouca competitividade da indústria têxtil nacional e a entrada de produtos importados com preços mais baixos fez a indústria têxtil passar por diversas dificuldades para se sustentar no mercado.

Nota-se que houve uma reestruturação no setor, no sentido que aumentou os investimentos em máquinas e equipamentos, para modernizar a produção e o parque industrial. A inserção de novos maquinários aumentou a produção, no entanto diminuiu a quantidade de funcionários no setor, caracterizando um aumento significativo na produtividade do fator trabalho.

O aumento de produção pode ser vista quando se mede em quantidade, pois em valor houve uma diminuição, o que pode ter duas explicações, a primeira pela diminuição do preços dos artigos têxteis e a segunda pela queda no valor adicionado dos produtos têxteis nacionais.

O aumento da produção física conjuntamente com a redução no volume de trabalhadores representou um custo social alto, já que a indústria têxtil era tradicionalmente considerada intensiva em mão-de-obra.

O efeito no preço foi de queda quando se refere à importação, e a estabilidade quando se refere à exportação, sendo parte desta estabilização do preço das exportações explicada pelo Plano Real que manteve a moeda valorizada no período.

A diminuição das barreiras a importação, o câmbio mais valorizado a partir de 1994 e o aumento das importações, levariam as exportações a diminuir, porém nota-se que as exportações mantiveram-se. Isto pode ser explicado pelo intenso comércio com o MERCOSUL e pelo esforço que as empresas fizeram para tornarem-se competitiva. Competitividade fortemente marcada por aglomerações regionais da indústria e avanço tecnológico, resultando num aumento da produtividade.

No que tange as importações houve uma grande penetração dos produtos têxteis importados. O aumento das importações somado a baixa variação das exportações resultou num quadro deficitário da balança comercial do setor, a partir de 1994.

Neste sentido a indústria têxtil encontrou-se num período bastante delicado, por que foi altamente protegida nos anos anteriores, e a liberalização comercial foi veloz e mal planejada, sem nenhum tipo de política motivadora da competitividade.

Por um lado a abertura comercial acarretou em aumento da competitividade, confirmado no aumento da produtividade, por outro lado demonstra a necessidade constantes investimentos de capital para a inovação e modernização do setor, transformando a indústria têxtil como intensiva em capital e eliminando postos de trabalhos, aumentando o desemprego no setor.

Uma política industrial se faz importante quando tem como objetivo o aumento da competitividade. Uma boa política industrial deve ser complementada com regras que proporcionem a requalificação de trabalhadores do segmento, permitindo-os atuar nas novas técnicas de produção ou em outros setores da atividade.

Vale ressaltar a importância de outras variáveis de competitividade como um bom setor de infra-estrutura e políticas econômicas condizentes com o aumento da competitividade, conforme ressalta, Coutinho & Ferraz (1995), sobre adjetivo sistêmico da competitividade, sendo ligada a fatores externos e internos a empresa.

REFERÊNCIAS

Abit. Disponível em: <<http://www.abit.org.br>> Acesso em: 16 jul. 2009.

ARAÚJO, B. C. P. O. Os determinantes do comércio internacional ao nível da firma: Evidências Empíricas. IPEA. Brasília, texto para discussão n. 1133, 2005. Arquivo PDF.

ARBACHE, J. S. Comércio internacional, competitividade e políticas públicas no Brasil. IPEA. Brasília, texto para discussão, n. 903, 2002. Arquivo PDF.

BNDES. Disponível em <www.bndes.gov.br>. Acesso em 17/10/2009.

CAMPOS, A. C.; PAULA, N. M. A indústria têxtil brasileira em um contexto de transformações mundiais. Revista econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 37, n. 4, out-dez, 2006.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. Estudo da competitividade da indústria brasileira. Campinas: Ed. Da universidade Federal de Campinas, 1994.

DIAS, M. C. Modernização e produtividade do trabalho nos principais segmentos da indústria têxtil brasileira. RACRE, São Paulo. V. 7, n. 11, jan.dez/2007. Arquivo PDF.

EMERY, M. M. de. O impacto da abertura ao comércio exterior da década de 1990 no setor têxtil brasileiro. 191 f. Tese (Doutorado em relações internacionais) – PUC. São Paulo, 2007. Arquivo PDF.

FAJNZYLBBER, F. La industrializacions trunca de America latina. México. Ed Nueva Imagem, Buenos Aires: CEAL, 1984.

FERREIRA MENDES, S. M. de. O fim do acordo de têxteis e vestuário: impacto sobre o setor têxtil- vestuário brasileiro. 123 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – UNESP. Araraquara, 2007. Arquivo PDF.

GARCIA, O. L. **Avaliação da competitividade da indústria têxtil brasileira**. Tese (Doutorado em economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994. Arquivo PDF.

GARCIA, O. L. de. **Estudo da competitividade da indústria brasileira: Competitividade da indústria têxtil**. Campinas: UNICAMP, 1993. Arquivo PDF.

GATT. Disponível em <www.gatt.org>. Acesso em 2/10/2009.

GOMES, R. *et al.* Abertura comercial, internacionalização e competitividade: a indústria brasileira de máquinas têxteis após os anos 1990. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 405-433, dez. 2007. Arquivo PDF.

GORINI, A. P. F. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 17-50, set. 2000. Arquivo PDF.

GORINI, A. P. F; SIQUEIRA, S. H. G. de. **Complexo têxtil brasileiro**. BNDES Setorial, 1997. Arquivo PDF.

GUIMARÃES, N. A.; MARTIN S. **Competitividade e desenvolvimento**. São Paulo: SENAC, 2001.

HAGUENAUER, L.. *ET al.* Evolução das cadeias produtivas brasileiras na década de 90. IPEA. Rio de Janeiro, n. 786, 2001.

HIRATUKA, C.; GARCIA, R. C. Impactos da abertura comercial sobre a dinâmica da indústria têxtil brasileira. **LEP**, Campinas, 1 (1), p. 83-105, set/2005.

IBGE. Disponível em: <WWW.ibge.gov.br>. Acesso em 15/10/2009.

IEMI – Instituto de Estudos e Marketing Industrial s/c Ltda. Disponível em : <www.IEMI.com.br>. Acesso em 10/08/2009

IPEA. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?459386671>>. Acesso em 15/10/2009.

ITMF. Disponível em <www.itmf.com>. Acesso em 28/10/2009.

KRUGMAN, P.; OBSTFEL, M. **Economia Internacional**. São Paulo: McGrawhill, 2000.

LEVY, P. M.; SERRA, M^a I. F. Coeficientes de importação e exportação na indústria. **IPEA, Boletim de conjuntura**, São Paulo, n.58, p. 65-80, jul-ago/ 2002. Arquivo PDF.

LIMA JOSÉ, R. C. de. Os efeitos da liberalização comercial na indústria têxtil brasileira: Um estudo de caso. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas)- UERJ. Rio de Janeiro, 2006. Arquivo PDF.

MASSUDA, E. M. A indústria têxtil brasileira sob o impacto da abertura economia 1992-1999. **Acta Sci. Human Soc, Sci.**, Maringá, v. 28, n. 1 p. 121-129, 2006.

MDIC. Disponível em <www.mdic.gov.br>. Acesso em 19/09/2009.

MONTEIRO, D. C.; SANTOS, A. M. M. Cadeia têxtil: Estruturas e estratégias no comércio exterior. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 113-136, mas. 2002. Arquivo PDF.

PORTER, M. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PROCHNIK, V.; LISBOA, M. Política industrial para setores tradicionais: o caso do complexo têxtil brasileiro. **IPEA**. Rio de Janeiro, n. 217, 1989.

RAIS. Disponível em <<http://anuariorais.caged.gov.br/>>. Acessado em 10/09/2009.

ROSA, A. L. **A indústria têxtil cearense: um estudo sobre competitividade**. Fortaleza: FIEC, 1994.

ROSSI, Jr. J.L.; FERREIRA, P. C. Evolução da produtividade industrial brasileira e abertura comercial. **IPEA**. Rio de Janeiro, texto para discussão n. 651, 1999. Arquivo PDF.

SCHERER, A. L. F.; CAMPOS, S. H. As mudanças no comércio internacional e as exportações brasileiras de têxteis e vestuário. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 14, n. 1 p. 229-254, 1993.

SEBRAE. Análise da eficiência econômica e da competitividade da cadeia têxtil brasileira. IEL. Brasília, 2000.

KUME, H.; PIANI, G.; SOUZA, C. F. B. A política brasileira de importação no período 1987-1998. IPEA, Rio de Janeiro, 2000.